

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	16
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	19
4.5 - Processos sigilosos relevantes	20
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	21
4.7 - Outras contingências relevantes	22
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	23

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	24
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	27
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	28
5.4 - Outras informações relevantes	29
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	30
6.3 - Breve histórico	31
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	34
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	36
6.7 - Outras informações relevantes	37
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	38
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	39
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	40
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	45
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	46
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	49
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	50
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	51
7.9 - Outras informações relevantes	52
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	53
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	54
8.3 - Operações de reestruturação	55
8.4 - Outras informações relevantes	56
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	57
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	58

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	59
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	70
9.2 - Outras informações relevantes	72
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	73
10.2 - Resultado operacional e financeiro	79
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	82
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	83
10.5 - Políticas contábeis críticas	84
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	88
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	89
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	91
10.10 - Plano de negócios	92
10.11 - Outros fatores com influência relevante	93
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	94
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	95
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	96
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	100
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	102
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	103
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	104
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	105
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	109
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	110

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	111
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	112
12.12 - Outras informações relevantes	113

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	114
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	115
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	118
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	119
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	120
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	121
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	122
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	123
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	124
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	125
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	126
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	127
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	128
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	129
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	130
13.16 - Outras informações relevantes	131

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	132
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	133
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	134

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	136
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	137
15.3 - Distribuição de capital	141
15.4 - Organograma dos acionistas	142
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	143
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	148
15.7 - Outras informações relevantes	149
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	150
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	151
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	153
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	154
17.2 - Aumentos do capital social	155
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	156
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	157
17.5 - Outras informações relevantes	158
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	159
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	160
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	161
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	162
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	163
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	164

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	165
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	166
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	167
18.10 - Outras informações relevantes	168
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	169
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	170
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	171
19.4 - Outras informações relevantes	172
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	173
20.2 - Outras informações relevantes	174
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	175
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	176
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	177
21.4 - Outras informações relevantes	178
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	179
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	180
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	181
22.4 - Outras informações relevantes	182

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cesar Gomes Júnior

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Mario Augusto de Freitas Baptista

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	47.205.646/0001-79
Período de prestação de serviço	28/02/2008
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, controladora e consolidado preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade; revisão das informações trimestrais da controladora e consolidado.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração tota da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes pelos serviços de auditoria prestados no último exercício social foi de R\$ 286 mil.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Alexandre Perez	28/02/2008	116.814.068-45	Alexandre Dohler 129, 6º andar, cj 605, Centro, Joinville, SC, Brasil, CEP 89201-260, Telefone (47) 34227848, Fax (47) 342267771, e-mail: carlos.perez@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Patrimônio Líquido	29.603.876,95	4.836.153,01	23.539.949,67
Ativo Total	450.733.827,85	450.429.086,94	406.031.465,01
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	401.978.507,39	408.581.488,74	394.832.276,30
Resultado Bruto	112.013.299,27	132.740.010,85	111.786.529,93
Resultado Líquido	16.569.998,56	-9.351.639,78	-39.407.827,74
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	159.008.924	159.008.924	159.008.924
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,186180	0,030410	0,148040
Resultado Líquido por Ação	0,104210	-0,058810	-0,247840

3.2 - Medições não contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	EBITDA		
	2009	2008	2007
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	16.570	(9.352)	(39.408)
Resultado Financeiro Líquido	21.148	40.227	18.454
Depreciação, Amortização e Exaustão	16.522	15.382	19.317
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.411	11.548	12.456
Participação dos Minoritários	6	7	(89)
Resultado não Operacional			
(=) EBITDA	58.657	57.812	10.730
(+) Outras (Receitas) Despesas não Recorrentes	(10.598)	(7.202)	26.932
(=) EBITDA ajustado	48.059	50.610	37.662
% da Receita Líquida	12%	12%	10%

EBITDA Ajustado: Consiste no resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações e amortizações e exclui os efeitos não recorrentes, não vinculados ao ciclo de negócios da Companhia. Em 2009 as receitas não recorrentes referiram-se a créditos tributários, provisão para contingências cíveis e trabalhistas, reconhecimento de ativo contingente, e parcelamento da Lei 11.941 e MP 470. Em 2008, estas referiram-se à provisão relativa a processo judicial oriundo do empréstimo compulsório da Eletrobrás. As despesas não recorrentes dividiam-se em: R\$ 1.759 de serviços de advogados em projeto de exercício anterior, R\$ 4.291 de provisão de despesas com a reestruturação na Portobello America, Inc. e R\$ 4.143 de ajuste de provisão para contingências trabalhistas de exercícios anteriores. As despesas não recorrentes de 2007 foram relativas aos autos de infração e reconhecimento do passivo tributário de anos anteriores.

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA Ajustado (“*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”) ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis não recorrentes sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia. O EBITDA Ajustado é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) à suas despesas com depreciações e amortizações, (iv) à participação de acionistas não controladores, e (v) receitas e despesas não recorrentes registradas no período. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades de produção e comercialização de revestimentos cerâmicos no período.

3.2 - Medições não contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A edição da Lei nº 12.249 possibilita o aproveitamento do prejuízo fiscal de 2009 para utilização e compensação de valores parcelados em Novembro de 2009 através da Mediada Provisória 470. Este fato torna-se relevante uma vez que a Companhia não possui o registro do Imposto de renda e Contribuição Social diferidos deste período. Estes lançamentos serão realizados possivelmente no 2º trimestre de 2010.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre a retenção de lucros:

Exercício Social encerrado em 31.12.2007	Exercício Social encerrado em 31.12.2008	Exercício Social encerrado em 31.12.2009
a) Regras sobre a retenção de lucros		
Não houve retenção de lucros, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados.	Não houve retenção de lucros, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados.	Não houve retenção de lucros, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados. Em Assembleia Geral Ordinária, os Acionistas decidiram, por unanimidade dos votantes, destinar o Lucro Líquido do Exercício, à conta de prejuízos acumulados.
b) Regras sobre a distribuição de dividendos:		
Não houve distribuição de dividendos, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados.	Não houve distribuição de dividendos, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados.	Não houve distribuição de dividendos, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados. Em Assembleia Geral Ordinária, os Acionistas decidiram, acolhendo a manifestação da administração da empresa, por unanimidade dos votantes, destinar o Lucro Líquido do Exercício, à conta de prejuízos acumulados.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos		
Não houve distribuição de dividendos.	Não houve distribuição de dividendos.	Não houve distribuição de dividendos.
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:		
Não houve distribuição de dividendos.	Não houve distribuição de dividendos.	Não houve distribuição de dividendos.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve distribuição de dividendos. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve distribuição de dividendos.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	421.122.350,27	Índice de Endividamento	14,22520000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	224.425.267,72	52.908.577,76	40.628.631,56	103.159.873,23	421.122.350,27
Total	224.425.267,72	52.908.577,76	40.628.631,56	103.159.873,23	421.122.350,27
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Com relação à Companhia:

(i) Dependência de financiamentos ou de capitalização para crescimento. Uma estratégia de crescimento acelerado dependeria de investimentos de grande porte que demandariam montantes adicionais de financiamento ou de capitalização;

(ii) Endividamento de curto prazo:

- Necessidade de rolagem de parte dos financiamentos de curto prazo ou alongamento do perfil de amortizações deste endividamento;
- Dificuldade de levantar capital para a liquidação da dívida devido à pouca liquidez nas bolsas face ao volume relativamente pequeno de capitalização;
- Uma eventual deterioração do mercado para dívida corporativa pode gerar um efeito material adverso no custo financeiro da Companhia e diminuir sua habilidade de obter recursos para financiar seu crescimento.

(iii) Eventuais decisões desfavoráveis em processos judiciais com efeito maiores do que os valores provisionados;

(iv) Parcelamento de impostos federais (riscos de antecipação dos vencimentos se houverem atrasos nos pagamentos das parcelas).

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Eventuais mudanças na estrutura de controle acionário não representam risco ao negócio da Companhia uma vez que a Companhia tem controle difuso.

c) Com relação aos acionistas da Companhia:

- A Companhia não poderá pagar dividendos aos titulares de suas ações até que sejam absorvidos os prejuízos acumulados atualmente existentes;
- Eventuais vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, podem causar volatilidade devido à pequena liquidez atual, e impactar adversamente o valor de mercado das ações.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia:

- Recebível da Refinadora Catarinense S.A. (parte relacionada) com prazo longo de recebimento;
- A Companhia participa em com 99% ou mais de suas controladas, todas atuando na cadeia do segmento cerâmico, portanto não há risco para o negócio que não esteja considerado na Companhia.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia:

- A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de fornecedores terceirizados;
- Utilização do gás natural, principal combustível para a produção de cerâmica, atualmente oriundo da Bolívia, e a alternativa energética seria o GLP, de custo mais alto;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aumento de preços de matérias primas e insumos decorrente de eventual desequilíbrio de oferta e demanda, variação na legislação que regula a tributação dos insumos, e flutuações de taxa de câmbio, podem aumentar a volatilidade operacional da Companhia. A composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	2009		2008		2007	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Insumos	163.653	60,33%	143.826	59,62%	132.366	59,78%
Energia / Gás Natural	57.915	21,35%	50.952	21,12%	44.610	20,15%
Mão de obra	36.705	13,53%	31.584	13,10%	29.715	13,42%
Depreciação	12.984	4,79%	14.868	6,16%	14.718	6,65%
Total	271.257	100,00%	241.230	100,00%	221.409	100,00%

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia está sujeita a riscos normalmente associados à concessão de crédito a seus clientes. Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior que a estimada, que tem sido historicamente baixa, o resultado da Companhia poderá ser afetado.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

- O consumo de produtos cerâmicos está intimamente ligado ao desempenho do setor imobiliário, que depende de disponibilidade de crédito aos consumidores e construtores, atualmente abundante. Em caso de haver deterioração neste cenário poderá haver um efeito adverso na demanda por produtos e nos resultados operacionais da Companhia;
- As condições da economia, do mercado imobiliário, e os ciclos da indústria de construção são influenciados por: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional (iii) confiança e demanda do consumidor (iv) crescimento da renda; (v) taxa de juros; (vi) inflação; e (vii) disponibilidade de financiamento; entre outros fatores que podem provocar volatilidade na demanda.
- Informalidade fiscal de parte da concorrência.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

- Carga tributária sobre os produtos cerâmicos (Exemplo: IPI);
- A regulamentação do DNPM pode afetar o suprimento de matérias primas;
- Regulamentação do meio ambiente.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Como a Companhia atualmente tem pequena parcela de seu negócio (cerca de 15%) dependente do mercado externo, e suas exportações são direcionadas para muitos países, os riscos são pequenos e diversificados.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Os riscos descritos acima são inerentes ao ambiente em que a Companhia está inserida e a expectativa de curto e médio prazos é de melhoria nos cenários de crédito, de demanda por produtos, e de liquidez. No entanto, a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta ajustando suas estratégias operacionais conforme necessário.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Processos Tributários**Processo nº 34 146670/2005**

Juízo	
Instância	Administrativa
Data de instauração	2005
Partes no processo	Estado do Rio de Janeiro - ICMS
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Adicional de 1% do ICMS arbitrado nos anos de 03/04 destinado ao FCP
Principais fatos	Prognóstico/Estratégia: Orientação do TJ/RJ oscila, mas o que domina é a declaração de inconstitucionalidade parcial relativa ao ano de 2003, com base no princípio da anterioridade, o que permite uma redução em torno de 60% do crédito tributário. A Companhia optou por discussão na fase judicial. Fase atual: Aguarda inscrição em dívida ativa
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro de R\$ 374
Valor provisionado	-

Processo nº 34 146671/2005

Juízo	
Instância	Administrativa
Data de instauração	2005
Partes no processo	Estado do Rio de Janeiro - ICMS
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Exigência de ICMS e multa em razão aos anos de 2001 a 2004. Arbitramento do ICMS sob alegação que as vendas ocorriam na sede administrativa da Companhia no RJ e não em SC, onde os produtos foram fabricados e faturados.
Principais fatos	Prognóstico/Estratégia: O STJ tem se orientado favoravelmente ao procedimento adotado pela Companhia, havendo grande probabilidade de êxito na esfera judicial. A Companhia optou por manutenção da discussão. Precisar ser oferecido bem para penhora. Será impetrado mandado de segurança para trazer a discussão para esfera judicial, com isso podemos conseguir uma liminar para suspender o crédito tributário e evitar que o RJ autue a Companhia nos anos subseqüentes. Fase atual: Aguardamos inscrição em dívida ativa. Duas decisões mantiveram o lançamento e o arbitramento.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro de R\$ 14.708
Valor provisionado	-

(ii) Processos Trabalhistas**Processo nº 0158600-62.2006.05.0029**

Juízo	29ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
Instância	TST
Data de instauração	01/03/1999
Partes no processo	Autor: Jair Almeida Santos Réu: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da Rescisão, Pagamento de Salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros. Aviso Prévio, Saldo de Salário, Indenização de Seguro Desemprego, Diferenças de Rescisórias, Indenização por dano moral, Diferenças salariais, Diferenças de Comissões, Horas Extras, Diferenças de reajustes, Diferenças de Taxa de Produtividade, Quinquênios, Diferenças de Adicional de Quilometragem, Reflexos de Bonificação, Multas Convencionais, Diferenças salariais e de comissões. Reflexos Honorários Advocatícios
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado	R\$ 3.851

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº 0234100-60.1998.5.05.0015	
Juízo	15ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
Instância	TST
Data de instauração	01/01/1998
Partes no processo	Autor: Joaquim Morais Filho Réu: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da Rescisão Pagamento de Salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros Aviso Prévio, Saldo de Salário Indenização de Seguro Desemprego Diferenças de Rescisórias Indenização por dano moral Diferenças salariais Diferenças de Comissões Horas Extras Diferenças de reajustes Diferenças de Taxa de Produtividade Quinquênios Diferenças de Adicional de Quilometragem Reflexos de Bonificação Multas Convencionais Diferenças salariais e de comissões. Reflexos Honorários Advocatícios.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado	R\$ 1.423
Processo nº 0234000-44.1998.5.05.0003	
Juízo	3ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
Instância	TST
Data de instauração	01/01/1998
Partes no processo	Autor: Norman Nygaard Filho Réu: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da Rescisão Pagamento de Salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros Aviso Prévio, Saldo de Salário Indenização de Seguro Desemprego Diferenças de Rescisórias Indenização por dano moral Diferenças salariais Diferenças de Comissões Horas Extras Diferenças de reajustes Diferenças de Taxa de Produtividade Quinquênios Diferenças de Adicional de Quilometragem Reflexos de Bonificação Multas Convencionais Diferenças salariais e de comissões. Reflexos Honorários Advocatícios.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado	R\$ 994
(iii) Processos Cíveis	
Processo nº 072.99.000298-7	
Juízo	Vara Única - Tijucas
Instância	3ª instância (STJ)
Data de instauração	02/03/1999
Partes no processo	Autor: Empreiteira de Mão de obra Albanaz Ltda. Réu: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	R\$ 1.000
Principais fatos	Ação de cobrança com base contrato de prestação de serviços vigente do ano de 1993 até 1998. Requer a autora a diferença de reajustes ocorridos durante a vigência contratual, cujo montante até o ajuizamento da demanda é de R\$342.127,92
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro
Valor provisionado	R\$ 400

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não se aplica.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não se aplica.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Processos Tributários

Figuram provisionados contabilmente dois processos na área tributária. Destaca-se o processo relativo ao expurgo ICMS Base Cálculo PIS e COFINS, no qual a Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo. Desde então, a diferença nos citados tributos a recolher oriunda da mudança de critério nas bases encontra-se provisionada e é atualizada mensalmente. Em 31 de dezembro de 2009, o valor atualizado provisionado totalizava R\$ 8.350.

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 130 (cento e trinta) reclamações trabalhistas, movidas por ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. O montante em risco possível estimado é de R\$ 2.341. E o valor do risco provável, em 31 de dezembro de 2009, é R\$ 10.779. Destes processos em andamento, os valores mais relevantes encontram-se descritos no item 4.3 (ii).

Também encontra-se provisionada a notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa, e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa. O valor atualizado em risco em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 1.372.

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 113 (cento e treze) ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. O montante estimado em risco é de R\$ 542. O valor estimado para os riscos prováveis é R\$ 1.803. O processo, cuja provisão é mais significativa, está descrito no item 4.3(iii).

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia estão parcialmente indexados a taxas de CDI, SELIC e índices de inflação além das variações de taxas de câmbio.

As vendas são normalmente feitas por negociações isoladas, sem a necessidade de contratos de longo prazo. Os prazos de venda são relativamente curtos, a preços fixos em reais, exceto na exportação, onde a maior parte das vendas é precificada em dólar e uma parcela pequena em euros. Como a Companhia atua através de quatro canais de venda (rede de lojas franqueadas, lojas multimarca, construtoras/incorporadoras, e exportação) há mais diversificação de riscos de mercado do que os demais concorrentes do setor cerâmico brasileiro. Não há regulamentação sobre preços de venda no setor. Os principais tributos incidentes sobre as vendas da Companhia no mercado interno são o ICMS, o IPI (de 5%, mas atualmente com alíquota zero até dezembro de 2010), PIS e COFINS.

Demonstração da exposição cambial:

	Controladora			Consolidado		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Contas a receber	10.693	20.398	17.373	11.325	28.661	26.698
Adiantamento a Fornecedores	768	621	1.064	768	621	1.064
Títulos e valores mobiliários	3.650	6.790	4.339	3.650	6.790	4.339
Investimentos em controladas	(27.026)	(29.277)	(4.107)	(27.026)	(29.277)	(4.107)
Fornecedores	(2.687)	(5.909)	(2.945)	(3.820)	(6.961)	(3.021)
Empréstimos e financiamentos	(31.167)	(75.700)	(83.368)	(31.184)	(77.291)	(91.650)
Passivos líquidos expostos	(45.769)	(83.077)	(67.644)	(46.287)	(77.457)	(66.677)

		Controladora em Moeda Estrangeira			Consolidado em Moeda Estrangeira		
		2009	2008	2007	2009	2008	2007
Contas a receber	Euro	301	354	611	301	354	611
Contas a receber	Dólar	5.238	8.237	8.909	6.824	11.773	14.173
Adiantamento a fornecedores	Euro	82	14	251	82	14	251
Adiantamento a fornecedores	Dólar	325	345	201	325	345	201
Títulos e valores mobiliários	Dólar	2.096	2.905	2.450	2.096	2.905	2.450
Investimentos em controladas	Dólar	(15.521)	(12.528)	(2.319)	(15.521)	(12.528)	(2.319)
Fornecedores	Euro	(708)	(829)	(792)	(708)	(829)	(792)
Fornecedores	Dólar	(400)	(1.380)	(497)	(1.051)	(1.831)	(540)
Empréstimos e financiamentos	Euro	(1.835)	-	-	(1.835)	-	-
Empréstimos e financiamentos	Dólar	(14.235)	(32.392)	(47.066)	(14.245)	(33.073)	(51.742)

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração da dívida:

a) Empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado			
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	
Circulante							
Moeda estrangeira							Encargos
Ancora	1.862	1.236	-	1.862	1.236	-	VC+7,54% a.a
Nuovafima	1.247	383	-	1.247	383	-	VC+7,66% a.a
Tecnoferrari	285	-	-	285	-	-	VC+6,00% a.a
IFC - International Finance Corporation	-	3.798	1.971	-	3.798	1.971	VC+Libor+4,625% a.a
Adiantamento de contrato de câmbio	1.779	3.834	10.171	1.779	3.834	10.171	VC+7,00% a.a
"Suppliers credit"	2.569	1.027	8.995	2.569	1.027	8.995	VC+6,25% a.a
Banco ABN (a)	5.443	29.227	16.644	5.443	29.227	1.644	VC+Libor+5,50% a.a
Banco ABC_1 (c)	877	2.384	1.840	877	2.384	1.840	VC+Libor+3,90% a.a
Banco ABC_2	438	796	614	438	796	614	VC+Libor+3,60% a.a
Banco SAFRA (b)	832	2.288	1.773	832	2.288	1.773	VC+Libor+3,75% a.a
Capital de giro nos EUA	-	-	-	17	1.591	8.282	VC+7,50% a.a
Total moeda estrangeira	15.332	44.973	42.008	15.349	46.564	35.290	
Moeda nacional							
FINAME/POC	1	196	292	16	196	292	TJLP+14,00% a.a
Arrendamento financeiro	205	109	116	205	109	116	2,16% a.m
Capital de giro no Brasil	74.858	46.275	12.950	74.858	46.275	12.950	19,75% a.a (Tx Média)
Total moeda nacional	75.064	46.580	13.358	75.079	46.580	13.358	
Total do circulante	90.396	91.553	55.366	90.428	93.144	48.648	
Não circulante							
Moeda estrangeira							Vencimento
Ancora	378	1.707	-	378	1.707	-	Mai/2011 VC+7,54% a.a
Nuovafima	831	1.213	-	831	1.213	-	Nov/2011 VC+7,66% a.a
IFC - International Finance Corporation	-	-	1.956	-	-	1.956	Dez/2009 VC+Libor+4,625%a.a.
"Suppliers credit"	14.626	17.583	5.381	14.626	17.583	5.381	Mar2014 VC+6,25% a.a
Banco ABN (a)	-	7.303	27.676	-	7.303	27.676	VC+Libor+5,50% a.a
Banco ABC_1 (c)	-	1.168	2.657	-	1.168	2.657	VC+Libor+3,90% a.a
Banco ABC_2	-	584	1.033	-	584	1.033	VC+Libor+3,60% a.a
Banco SAFRA (b)	-	1.169	2.657	-	1.169	2.657	VC+Libor+3,75% a.a
Total moeda estrangeira	15.835	30.727	41.360	15.835	30.727	41.360	
Moeda nacional							
PRODEC (d)	1.735	-	-	1.735	-	-	Dez/2013 4,00% aa + UFIR
(-) Ajuste a Valor presente	(533)	-	-	(533)	-	-	
FINAME/POC	-	16	210	-	16	210	TJLP+14,00% a.a
Arrendamento financeiro	144	95	203	144	95	203	Jun/2012 2,16% a.m
Capital de giro no Brasil	10.946	4.745	575	11.678	5.489	1.240	Dez/2012 10,68% a.a (Tx Média)
Total moeda nacional	12.292	4.856	988	13.024	5.600	1.653	
Total do não circulante	28.127	35.583	42.348	28.859	36.327	43.013	
Total	118.523	127.136	97.714	119.287	129.471	91.661	

FINAME/POC - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais/Programa de Operações Conjuntas

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

VC - Variação Cambial

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

LIBOR - London Interbank Offered Rate

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações Fiscais	Data do Pedido de Parcelamento	2009	2008	2007
Portobello S.A.	INSS	Set/06	-	2.330	4.660
	INSS	Set/06	-	420	2.640
	INSS	Jul/07	-	2.376	2.711
	INSS	Dez/09	12.381	-	-
	IPI	Set/06	-	20.501	21.027
	IPI	Set/06	-	5.286	6.548
	IPI	Dez/09	8.510	-	-
	CPMF	Mar/07	-	39	46
	PIS	Mar/09	501	377	-
	COFINS	Mar/09	2.306	1.735	-
	IRPJ	Mar/09	3.662	3.790	-
	CSLL	Mar/09	1.362	1.406	-
	LEI 11.941/09 (*)	Nov/09	113.430	-	-
MP 470 (*)	Nov/09	7.659	-	-	
Total da Controladora			<u>149.811</u>	<u>38.260</u>	<u>37.632</u>
Parcela do circulante			21.434	9.303	9.535
Parcela do não circulante			128.377	28.957	28.097
PBTech Ltda.	INSS	Set/06	-	75	184
	LEI 11.941/09 (*)	Nov/09	287	-	-
Portobello Shop S.A.	INSS	Set/06	-	101	250
	INSS	Nov/09	1.021	-	-
	PIS	Mar/09	4	-	-
	COFINS	Mar/09	173	18	-
	IRPJ	Mar/09	1.327	1.118	-
	CSLL	Mar/09	482	406	-
	LEI 11.941/09 (*)	Nov/09	527	-	-
Total das Controladas			<u>3.821</u>	<u>1.718</u>	<u>434</u>
Total do Consolidado			<u>153.632</u>	<u>39.978</u>	<u>38.066</u>
Parcela do circulante			22.179	9.761	9.810
Parcela do não circulante			131.453	30.217	28.256

(*) REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

Os parcelamentos indicados acima estão sujeitos a atualização pela SELIC e estão sendo recolhidos no prazo. Para o parcelamento da Lei 11.941/09 a Companhia espera a consolidação da Fazenda Nacional, recolhendo a parcela mínima no valor de R\$ 389.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não tem utilizado instrumentos financeiros de proteção patrimonial do tipo “hedge”. A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial de seus ativos e passivos tem sido manter a exposição cambial líquida passiva em valores aproximados ao equivalente a cerca de um ano de suas exportações, objetivando uma proteção “natural”. Esta estratégia tem sido conduzida pela área financeira da Companhia, ajustando o saldo de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira à medida em que são liquidadas e contratadas novas operações de financiamento.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recentemente a Companhia conseguiu aumentar a parcela de financiamentos de longo prazo em reais com taxas pré-fixadas e custos menores do que os financiamentos indexados amortizados.

A transformação da MP 472 em lei com a sanção presidencial em junho de 2010, possibilitou pelo dispositivo do seu artigo 81 que a Companhia reconhecesse ativo decorrente de crédito fiscal em montante aproximado de R\$ 10.000, sendo o mesmo utilizado para amortizar parte da dívida fiscal parcelada em 2009 nos termos da MP 470.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	22/12/1977
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/01/1991

6.3 - Breve histórico

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A marca Portobello é resultado de uma visão empreendedora baseada nos princípios da diferenciação através da inovação e do design.

Constituída em 22 de Dezembro de 1977 e com o início das atividades em 1979, a então Cerâmica Portobello S.A. teve seu layout industrial planejado pela líder mundial em tecnologia de fabricação cerâmica, a companhia italiana Sacmi, resultando em um parque fabril moderno e competitivo.

A materialização da estratégia da marca Portobello tem em seus produtos uma importante manifestação, princípio que orientou as pesquisas de desenvolvimento junto aos principais laboratórios italianos e espanhóis desde o início das operações.

Matérias primas diferenciadas e controladas eram necessárias para obter os produtos desejados pela Portobello, demanda que gerou a implantação da Mineração Portobello.

O primeiro produto Portobello, um piso no formato 20x30, destonalizado e com apenas duas aplicações de esmalte, logo deu lugar a uma grande inovação no mercado. Em 1984, apenas 5 anos após o início das operações, a Portobello lançou o primeiro piso para áreas de alto tráfego no Brasil: a linha Carga Pesada, que se transformou em sinônimo de produto para esse uso e vinculou a imagem da marca com inovação, diferenciação e qualidade.

Em 1988 a empresa, já com uma produção da ordem de 1 milhão de m² mensais e 1 mil funcionários, iniciou seu processo de internacionalização com a 1ª participação na Cersaie em Bologna/Itália, principal feira de revestimentos cerâmicos do mundo.

Em 1990 foi criada a Portobello America, subsidiária sediada nos Estados Unidos, para distribuição na América do Norte e Caribe.

A Portobello ganhou em 1997 o Prêmio Fritz Müller, concedido pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, pela mudança da matriz energética para Gás Natural. Hoje a empresa utiliza o Gás Natural como única fonte de energia, inclusive nos secadores, um diferencial sustentável.

A necessidade de produtos complementares para compor as soluções inovadoras em revestimentos cerâmicos no país fez com que a Portobello criasse, em 1999, uma subsidiária para fabricação de rejuntas e argamassas, a Portokoll S.A. A Building Products Inc, líder no mercado de rejuntas e argamassas nos Estados Unidos, adquiriu 49% das ações da Portokoll em 1999 e, em 2004 a empresa foi vendida para uma subsidiária brasileira de uma companhia europeia do setor de rejuntas e argamassas.

A Portobello foi a primeira empresa do Brasil a comercializar a tipologia porcellanato, através de uma parceria com a empresa italiana Graniti Fiandre desde 1992 e, em 2000, foi inaugurada a fábrica de porcellanato Portobello, ainda hoje a mais moderna das Américas.

A necessidade de um canal de distribuição especializado motivou a criação da única rede de franquias de revestimentos cerâmicos do mundo, a PortobelloShop foi criada em 1997 e transformada em subsidiária em 2003. A 100ª loja da rede foi inaugurada em 2008 em Brasília. Hoje são 104 lojas.

Com o compromisso de inovar sempre e tendo a sustentabilidade como um de seus valores, a Portobello fez uma lançamento simultâneo às marcas italianas e espanholas na Cersaie 2009 que representa uma revolução no setor: o Extra Fino, um porcellanato de espessura reduzida com alta tecnologia e ideal para o mercado de reformas para aplicação sobreposta.

Como líder do setor de revestimentos e visando o crescimento imobiliário interno, em 2010 a Portobello ampliou a sua capacidade fabril na ordem de 16% com a instalação de uma nova linha de produção de porcellanato esmaltado, atingindo a capacidade produtiva, ao final de 2010, da ordem de 2 milhões de m².

6.3 - Breve histórico

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Evolução da atividade industrial

As atividades de produção iniciaram-se em junho de 1979, quando entrou em operação o primeiro forno com capacidade de 65.000 m² por mês. Ao longo dos três anos seguintes, entraram em operação mais três fornos com capacidade de 235.000 m² por mês, concluindo em maio de 1982 a instalação da unidade fabril I com capacidade total de 300.000 m² por mês.

No ano de 1985 foi iniciado o processo de expansão industrial, com a montagem da Fábrica II, dividida em duas etapas, onde a primeira foi concluída em agosto de 1987, com três fornos com capacidade instalada de 300.000 m² por mês e a segunda foi concluída em novembro de 1988 e adicionou 400.000 m² por mês, também com três fornos, atingindo a capacidade total de 1.000.000 m² por mês.

Em 1990 foi iniciado o processo de modernização, que consistiu na substituição dos equipamentos da unidade I, visando a redução de custos de produção com a adoção de tecnologia atualizada e a produção de pequenos formatos. Com a conclusão do projeto em setembro de 1991 foi mantida a mesma capacidade de produção, porém com maior valor agregado, resultado da venda de revestimento cerâmico para fachadas de prédios. Estes produtos apresentam pequenos formatos (tecnologia "Dot Mounted"), onde as peças são unidas por pontos de cola em placas de 30 x 30 cm pré-alinhadas, reduzindo o custo de instalação e, com isso, aumentando seu valor agregado.

Visando a complementaridade do portfólio de produtos, em 1994 foram implantadas as fábricas de revestimento para parede interna (monoporosa), de peças decoradas especiais e terceira queima atingindo então a capacidade instalada de 1.250.000 m² por mês. Em 1995, com a instalação de uma linha de grandes formatos (50 cm x 50 cm) para pisos ampliou-se a capacidade para 1.500.000 m² por mês, um acréscimo de 20% em relação ao ano anterior. A otimização de produção dos diferentes formatos entre as linhas de produção de pisos elevou a capacidade para 1.650.000 m² por mês em 1996.

Ao fim de 1996 iniciou-se a instalação da unidade de polimento de porcelanato com início de produção em maio de 1997, com capacidade de 63.000 m² por mês, ampliada em 2000 para 150.000 m² por mês. Este processo consiste em dar acabamento especial ao porcelanato, ao mármore porcelânico e à cerâmica esmaltada, permitindo superfícies de alto brilho e dimensões de alta precisão para minimização da junta no assentamento. Em 2001 foi lançado o porcelanato rústico, unindo a matéria-prima porcelânica com esmaltação nas linhas de produção de pisos convencionais.

Em outubro de 2000 foi concluída a primeira linha de produção da fábrica de porcelanato e mármore porcelânico no Parque Industrial de Tijucas (SC), e introduzindo produtos no formato 60 cm x 120 cm. O mármore porcelânico é fruto do mais recente processo de produção que consiste na prensagem em um corpo único, onde obtêm-se características técnicas superiores ao mármore e ao granito natural, porém com a vantagem de determinação de características estéticas estáveis em escala industrial. Em outubro de 2002 a fábrica de mármore porcelânico foi duplicada, elevando a capacidade nominal total para 1.860.000 m² por mês.

Em 2007, foi iniciada a implantação do programa de produção enxuta nas unidades fabris da Companhia. Este programa, que tem o apoio do Lean Institute do Brasil, objetiva detalhar as atividades básicas envolvidas no negócio e identificar o que é desperdício e o que é valor a partir da ótica dos clientes e usuários. O programa de investimentos de cerca de R\$ 4.000 teve como principal objetivo a modernização das fábricas. A produção anual de 2007 foi de 18.000.000 m² de revestimentos cerâmicos com "mix" de produtos de maior valor agregado.

Em 2008 foram substituídas duas linhas de produção de porcelanato esmaltado de cerca de 20 anos de operação por uma nova linha, de maior capacidade e tecnologia de ponta. O projeto de modernização e ampliação de capacidade das linhas de produção consumiu R\$ 30.000 que, além de possibilitar a redução de custo dos produtos, aumentou a capacidade fabril em 18%. A capacidade adicionada permitiu à

6.3 - Breve histórico

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia lançar novas linhas de produtos de preços mais competitivos para atender à demanda das construtoras de revestimentos para imóveis voltados às classes B e C.

Em 2009 foi implantada nova linha na fábrica de revestimentos de parede e instalada uma nova prensa de grande porte em uma das linhas de produção de porcelanato esmaltado, permitindo aumentar a capacidade de produção de pisos no formato 60 cm x 60 cm, que têm maior preço no mercado do que o produto de 45 cm x 45 cm que será substituído naquela linha de produção.

No primeiro trimestre de 2010 foi implantada nova linha de produção de porcelanato esmaltado, ampliando a capacidade total de produção em 16%, para 26.000.000 de m² por ano.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Aumento de capital da Companhia

A Companhia possuía registrado no patrimônio líquido um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no montante de R\$ 18.700. Em 29 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital mediante subscrição privada e emissão de 13.649.636 novas ações preferenciais nominativas escriturais ao preço de R\$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) por ação. A subscrição foi realizada pela incorporação de R\$ 18.277 do AFAC e mais R\$ 423 referente à subscrição de acionistas minoritários que exerceram seu direito de preferência e acompanharam o aumento de capital.

Em 25 de maio de 2007, o Conselho de Administração aprovou novo aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 12.240, através da emissão de 9.000.000 novas ações preferenciais nominativas escriturais, ao preço de R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos) por ação, integralizado em subscrição privada.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 112.957 (R\$ 100.717 em 2006), representado em 99.224.676 ações ordinárias (99.224.676 em 2006) e 59.784.248 preferenciais (50.784.248 em 2006), totalizando 159.008.924 ações (150.008.924 em 2006). Não houve alteração deste quadro desde então.

Quadro societário da Companhia antes e depois do aumento de capital:

Acionistas	Antes do aumento de capital	
	Nº de ações	Participação (%)
Portobello Participações Cerâmicas S/A	114.673.611	76,44%
International Finance Corporation - IFC	9.825.856	6,55%
Usati ABPS Ltda.	6.662.543	4,44%
Minoritários da Companhia	18.846.914	12,56%
	150.008.924	100,00%

Acionistas	Depois do aumento de capital	
	Nº de ações	Participação (%)
Portobello Participações Cerâmicas S/A	114.958.964	72,30%
International Finance Corporation - IFC	16.163.826	10,17%
Usati ABPS Ltda.	6.662.543	4,19%
Minoritários da Companhia	21.223.591	13,35%
	159.008.924	100,00%

b) Incorporação da Portobello Participações Cerâmicas S/A (“PPC”) pela Companhia

Em novembro de 2007 foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária onde os acionistas aprovaram a incorporação das empresas controladoras diretas e indiretas, tornando o controle societário da Companhia mais simples e aumentando o percentual de ações em circulação.

Quadro societário da Companhia antes e depois da incorporação:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	Antes da incorporação			Participação Total (%)
	Nº de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Portobello Participações Cerâmicas S/A	87.311.291	27.647.673	114.958.964	72,30%
Usati ABPS Ltda.	4.957.934	1.704.609	6.662.543	4,19%
Minoritários da Companhia	6.955.451	30.431.966	37.387.417	23,51%
	99.224.676	59.784.248	159.008.924	100,00%
Acionistas	Depois da incorporação			Participação Total (%)
	Nº de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Eleonora Ramos Gomes	27.329.560	-	27.329.560	17,19%
César Gomes Júnior	24.412.013	-	24.412.013	15,35%
Eduardo Ramos Gomes	3.069.478	9.591.230	12.660.708	7,96%
Paulo Bastos Gomes	9.508.951	3.024.946	12.533.897	7,88%
Valério Gomes Neto	3.048.481	6.428.493	9.476.974	5,96%
Maria Gertrudes da Luz Gomes	6.818.419	2.169.046	8.987.465	5,65%
Geraldo Nicodemos Vieira	5.180.196	1.647.901	6.828.097	4,29%
Heloísa Gomes Rebelo	5.176.912	1.646.856	6.823.768	4,29%
César Gomes Neto	1.522.181	-	1.522.181	0,96%
Gabriela Ritcher Gomes	1.522.181	-	1.522.181	0,96%
Marcelo Consonni Gomes	-	1.473.712	1.473.712	0,93%
Carolina Consonni Gomes	-	1.473.712	1.473.712	0,93%
Myriam Moelmann Consonni Gomes	-	407.121	407.121	0,26%
Ricardo Laus Gutierrez	172.711	54.942	227.653	0,14%
Betina Brito Lopes Gomes	-	213	213	0,00%
Ex-minoritários da PPC	4.508.142	1.434.110	5.942.252	3,74%
Sub-total ex-acionistas da PPC	92.269.225	29.352.282	121.621.507	76,49%
Minoritários da Companhia	6.955.451	30.431.966	37.387.417	23,51%
	99.224.676	59.784.248	159.008.924	100,00%

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não se aplica.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Portobello S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) - produz e comercializa revestimentos cerâmicos destinados ao revestimento de paredes internas (azulejos), mosaicos, fachadas externas, pisos, porcelanato técnico, porcelanato esmaltado, peças decoradas, peças especiais e serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Controladas:

Portobello América, Inc. - realiza distribuição e venda dos produtos Portobello no mercado norte-americano e está localizada em Pompano Beach, Flórida.

PBTech Ltda. - situada em Tijucas/SC, foi constituída com o objetivo de oferecer aos clientes do canal engenharia (empresas de construção civil) atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços. Atualmente opera duas lojas Portobello Shop.

Portobello Shop S.A. - empresa administradora da rede de franquias de 104 lojas Portobello Shop e Empório Portobello especializadas em revestimentos cerâmicos.

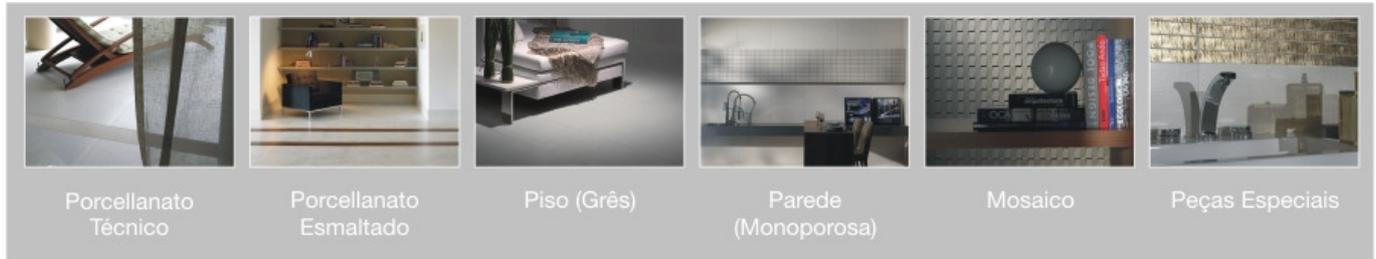
Mineração Portobello Ltda. - responde pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima que a Portobello S.A. utiliza na produção de revestimentos cerâmicos. Possui jazidas em diversos municípios nos Estados de Santa Catarina e Paraná. A operação de extração de minérios é inteiramente terceirizada.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Produtos e serviços comercializados

Comercializa produtos para áreas comerciais e residenciais divididos e seis categorias:



b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A receita líquida e o lucro ou prejuízo da Companhia é 100% proveniente das vendas dos produtos de revestimentos cerâmicos e entende que este é o seu único segmento.

A tabela abaixo mostra a receita operacional líquida e o lucro (prejuízo) líquido:

Informações Operacionais e Financeiras	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
	2009	2008	2007
Receita Operacional Líquida	401.979	408.581	394.832
Lucro (Prejuízo) Líquido	16.570	(9.352)	(39.408)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Características do processo de produção

Como em todos os outros setores da Companhia, a Portobello preocupa-se com a qualidade em cada etapa do processo produtivo, desde a preparação das massas que compõem os revestimentos cerâmicos, até a expedição dos produtos acabados. O processo de produção é contínuo e consiste das seguintes fases:

(i) Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas):

- **Preparação de massa:** No processo industrial, as matérias-primas utilizadas, provenientes de jazidas próprias ou de terceiros, são estocadas no interior da fábrica. A dosagem de cada matéria-prima é feita segundo uma formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes. A matéria-prima é então transportada por correias até os moinhos. Nos moinhos ocorre o processo que consiste em moer por via úmida os materiais (argila, rochas, fundentes...) de acordo com a formulação pré-estabelecida até obter-se homogeneização e granulometria especificadas. Após a moagem, tem-se como produto a barbotina, que é estocada em tanques apropriados. Em seguida a barbotina passa pelo processo de atomização ("spray dryer") para retirada da água via evaporação, obtendo-se pó com distribuição granulométrica e umidade perfeitamente definidas. Este pó é estocado em silos, para homogeneização, aguardando o processo de prensagem. Utiliza-se gás natural como fonte de energia térmica nos atomizadores.
- **Prensagem:** Permite a transformação do pó atomizado em peças cruas. É a fase do processo que dá forma ao produto, definida pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas são hidráulicas, com capacidade de até 6.500 toneladas e equipadas com sistemas de alimentação automática de pó e de descarga do material processado.
- **Secagem:** Feita em diversos secadores contínuos, tem a finalidade de reduzir de 6% para 0,5% a umidade da peça prensada crua. Esta operação permite conferir características mecânicas ao material prensado necessárias para as fases seguintes do processo.
- **Preparação de esmalte:** Na preparação de esmaltes e tintas, a moagem é feita por via úmida. O moinho é revestido com tijolos de alumina de alta densidade, bem como os elementos moedores (esferas), proporcionando alta eficiência em homogeneização e granulometria na moagem. Após os controles de tonalidades, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, aguardando serem consumidos nas linhas de esmaltação.
- **Esmaltação:** Os esmaltes são aplicados em peças cerâmicas com diversas finalidades: impermeabilizar, embelezar, dar resistência mecânica e aumentar a resistência ao desgaste e ao ataque químico. Cada aplicação de esmalte é realizada por dispositivos especialmente dimensionados e regulados para cada tipo de produto e efeito, colocados ao longo de linhas de produção. Fazem parte da etapa de esmaltação os seguintes processos: pós-secagem, aplicação de água, aplicação de engobe, aplicação de esmalte e decoração serigráfica.
- **Queima:** Após o processo de esmaltação o produto segue para o forno, onde é efetuada a queima da peça. É nos fornos que o produto adquire suas características finais, tais como alta resistência mecânica, alta resistência à abrasão e baixa absorção. Além disso, é após a queima que determinadas cores são obtidas. A queima é feita em fornos contínuos, obedecendo a um determinado perfil de temperatura, passando pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento, com temperatura máxima de queima de cerca de 1.200°C. O combustível utilizado é o gás natural recebido através de gasoduto.
- **Polimento e retífica:** Parte da produção recebe acabamento superficial especial, com a finalidade de melhorar a superfície das placas cerâmicas, e corte a disco para assegurar precisão nas dimensões.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esta etapa inclui polimento por desgaste abrasivo das laterais e superfícies de algumas linhas de produtos, notadamente aquelas que reproduzem mármore e granitos.

- **Classificação, identificação e inspeção do produto acabado:** Na saída de cada forno está instalada a linha de escolha automática. Nela, os defeitos superficiais são identificados visualmente pelo colaborador, enquanto os dimensionais são verificados por equipamentos eletrônicos apropriados. Ocorre então a separação do produto cerâmico de acordo com os seguintes critérios: a) classes de qualidade visual ou grades; b) tonalidades ou "shades"; c) calibre (variações milimétricas de tamanho).
- **Embalagem:** Consiste no encaixotamento automático em caixas especiais. As caixas são paletizadas por máquinas e em lotes segundo critérios pré-estabelecidos, sendo utilizados robôs em diversas linhas de produção.
- **Telagem:** As peças de pequenos formatos permanecem temporariamente em "bins", para receber pontos de cola (silicone) nos versos de forma a compor conjunto de 30 cm x 30 cm, com 9 a 16 peças pré-alinhadas.
- **Inspeção do produto acabado:** O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final, quando são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha um controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do CQPA – Controle de Qualidade dos Produtos Acabados.

(ii) Produção de peças especiais e com 3ª queima:

- **Peças especiais:** Consiste na produção de peças em formatos geralmente não planos, usando processos semelhantes à produção de pisos e azulejos.
- **3ª queima:** Com o objetivo de obter decoração ou características estéticas diferenciadas, são aplicados esmaltes e realizadas uma ou mais queimas sobre o produto base (piso, azulejo ou peças especiais) já finalizado.

b) Características do processo de distribuição

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

- **Mercado Interno:** Três são os canais de distribuição: (i) "revendas multi-marcas", responsáveis pelo atendimento a clientes revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (ii) "engenharias", representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (iii) "franquias" que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 104 lojas localizadas em 87 cidades, este canal é a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.
- **Mercado Externo:** Representando as vendas realizadas para diversos Países, inclusive da subsidiária no exterior.

c) Características dos mercados de atuação:

(i) Participação em cada um dos mercados

Os produtos da Companhia são comercializados nas principais cidades de todo o país, com maior concentração nas regiões sudeste e sul. Quanto à finalidade, a distribuição observada no último ano

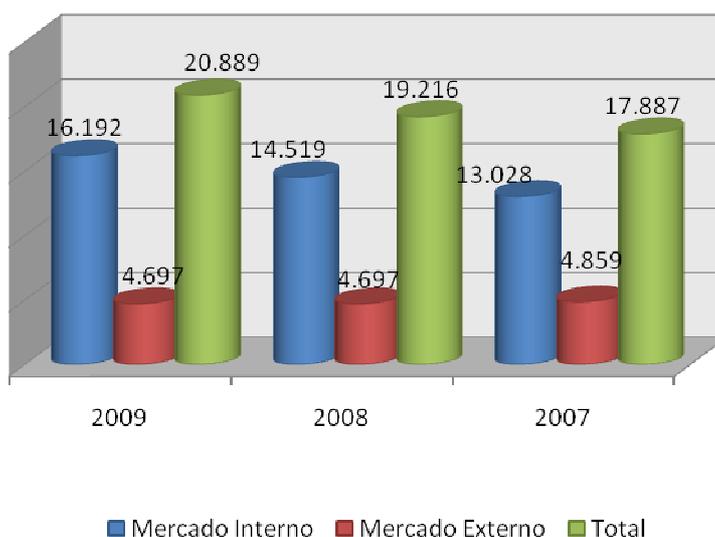
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

indica crescimento especialmente em obras novas residenciais, e também na aplicação em reformas residenciais, e em novas construções comerciais.

Em 2009 a Companhia exportou US\$ 29.000, respondendo por aproximadamente 11% da exportação do setor no país. Os principais destinos da exportação da Portobello foram Estados Unidos, Argentina e Coréia do Sul. A concorrência internacional é principalmente proveniente da China, Itália e Espanha, que são os maiores exportadores mundiais. O maior volume de produtos cerâmicos consumidos internacionalmente nos maiores mercados é das produções locais de cada país, exceto nos EUA, que importa mais da metade do seu consumo.

Total em (m2/mil) de vendas por mercado nos últimos exercícios:



(ii) Condições de competição nos mercados

A Companhia participou das principais feiras de revestimento cerâmico no mundo: a "Revestir", em São Paulo, "Coverings", nos EUA, e "Cersaie", a maior feira de revestimentos cerâmicos do mundo, na Itália. Estes eventos foram cenários de diversos lançamentos da Companhia com destaque para o Extra Fino lançado na Cersaie - produto inovador com 4,7 mm, que possibilita sobreposição, para uma reforma fácil, limpa, rápida e silenciosa - bem como novos formatos como o 90x90 cm, e as madeiras em 15x120 cm e 20x120 cm.

Durante 2009 a Portobello conquistou as seguintes premiações por seus produtos e serviços: Prêmio "Marca que mais se destacou nos seguintes itens: Qualidade, Força de Vendas, Atendimento PDV, Orientação Técnica e Avaliação Geral", da Revista Anamaco; quarto lugar no ranking das Empresas Mais Admiradas da Carta Capital, no segmento de Materiais de Construção; 38ª colocação entre companhias que têm presença no exterior em pesquisa realizada pelo Jornal Valor Econômico. Para a Portobello Shop foi concedido, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo de Excelência em Franchising, pela Associação Brasileira de Franchising – ABF. Na Premiação as Melhores Franquias do Brasil, da revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, a Portobello Shop foi premiada em 2009 como HC - Hors-Concours.

Somos uma das maiores Companhias brasileiras do setor de revestimentos cerâmicos em termos de volume de produção e faturamento, segundo dados da ANFACER de 2009.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Produção em milhões de m ²	Vendas MI em milhões de m ²	Vendas ME em milhões de m ²	Vendas MI/ME em milhões de m ²
Total nacional ⁽¹⁾	715	644	61	705
Produção Portobello	19	16	2	18
% Total	2,66%	2,48%	3,28%	2,55%

MI: Mercado Interno

ME: Mercado Externo

(1) Fonte: Análise setorial ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos).

Os principais concorrentes da Portobello S/A são da região Sul do Brasil, exceto pela Cerâmica Gyotoku de São Paulo:

ELIANE - Indústria de Azulejos Eliane	Cocal do Sul/SC
CECRISA - Cerâmica Criciúma S/A	Criciúma/SC
INCEPA - Indústria Cerâmica Paraná S/A	Curitiba/PR
GYOTOKU - Cerâmica Gyotoku	Suzano - SP
CEUSA - Cerâmica Urussanga S/A	Urussanga/SC

d) Eventual sazonalidade

Não se aplica.

e) Principais insumos e matérias primas:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados de acordo com as normas da ISO, e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor.

Não há qualquer acordo de exclusividade com fornecedores, mas um trabalho conjunto que possibilita a programação da sua produção a fim de atender a demanda da Companhia ou que a notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Por conta dos problemas climáticos, solicitamos aos fornecedores de massa que tenham um estoque de segurança de aproximadamente de 6 (seis) meses.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade dos materiais, que deve atender a padrões rígidos.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os insumos (gás natural e energia elétrica) adquiridos pela Companhia para o desenvolvimento de suas atividades tem representado, em média ano, 22% do custo total de compras. São fornecedores exclusivos, que estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Os insumos de matérias primas de massas, esmaltes e embalagens representam 28% do custo total de compras/ano e são adquiridas de diversos fornecedores. O reajuste de preços é regulamentado pelo

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IGPM ou reações do mercado (ex: embalagens). A Companhia busca periodicamente o desenvolvimento de novos fornecedores visando sempre o melhor custo/qualidade.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não se aplica, exceto para as licenças usuais de meio ambiente e do corpo de bombeiros.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental permeia todas as áreas e atividades da Companhia conscientizando, normatizando e implementando a cultura de fazer mais com menos.

(i) Indicadores Ambientais

- A Energia

Gás Natural - Todos os fornos e secadores Portobello utilizam o Gás Natural como fonte energética. Sua composição, caracterizada pela mistura de hidrocarbonetos leves, produz uma combustão limpa, que emite menor quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, além de apresentar maior poder calorífico que as demais fontes de energia utilizadas.

Transferência de Calor - Para diminuir o consumo de energia na produção, a Portobello desenvolve e aplica sistemas de transferência de calor entre equipamentos, como o sistema que transfere gases quentes dos fornos para os secadores.

Sistema ar-gás modulante - O consumo de gás nos fornos é projetado para ser constante, no entanto, os fornos Portobello contam com um sistema de ar-gás modulante, que adéqua a quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor, possibilitando uma redução no consumo energético.

- Os Resíduos

O objetivo da Companhia é que todos os resíduos sólidos gerados no processo produtivo sejam reciclados, reutilizados ou reformados. Em 2009 o índice de reaproveitamento foi de 99,5%.

Todos os resíduos são encaminhados a uma Central de Resíduos, onde são separados e encaminhados para usos futuros.

Parte dos resíduos são reincorporados ao processo produtivo, fazendo com que hoje os produtos tenham, em média, 18% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos).

Uma oficina de pallets é mantida junto a Central de Resíduos, otimizando a sua utilização. Os demais resíduos são encaminhados às cooperativas ou empresas de reciclagem.

- A Água

Circuito Fechado - Toda água utilizada no processo industrial da Companhia fica em circuito fechado, ou seja, não há descarte de água para o meio ambiente. Apenas a água evaporada nos secadores é devolvida à natureza.

A água industrial passa por uma Estação de Tratamento de Efluentes, onde, além de purificada, é coletada toda argila, matéria-prima básica da indústria cerâmica, carregada durante o processo. Em 2009,

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foram coletadas, em média, 2.600 toneladas de argila da água industrial por mês, que foram reincorporadas ao processo produtivo.

Sistemas de Tratamento - A água de uso doméstico é direcionada às Estações de Tratamento de Efluentes Sanitários antes de serem reincorporadas ao sistema pluvial em condições de consumo. São 14 Estações na Companhia e, em 2009, foram utilizados 9,47 litros de água por m² produzidos.

- A Flora

A matéria-prima utilizada pela Companhia vem de jazidas distribuídas nacionalmente, sendo 45% de concessão direta da Companhia e 55% de empresas fornecedoras.

A contratação de jazidas exploradas por terceiros passa por critérios legais rígidos. Apenas empresas formais e habilitadas legalmente são contratadas, o que inclui apenas empresas com boas práticas de segurança e funcionários contratados regularmente. É exigido o cumprimento de todos os requisitos legais ambientais, e de todas as normas dos órgãos ambientais competentes. Esses critérios são firmados contratualmente e verificados por auditorias de conformidade ambiental realizadas por representantes da Companhia.

A recuperação das áreas exploradas visa o retorno da área à sua vocação natural, que pode ser agricultura ou reflorestamento. Nas áreas reflorestadas o processo aplicado prevê a plantação de espécies nativas da região, preservando a biodiversidade anterior e acelerando o processo inicial em até 2 anos.

A Companhia mantém áreas de preservação permanente própria equivalente às áreas exploradas diretamente pela Companhia. Em 2009 as áreas de preservação permanente somavam mais de 166.000 m².

- A Logística

As embalagens são de papel reciclável e, em sua maioria, com desenho que minimiza o consumo de papel, denominados embalagem bandeja e embalagem fita.

Os pallets são de madeira certificada e são recuperados em uma oficina interna, evitando perdas. A Companhia não possui um programa de logística reversa, no entanto, algumas empresas transportadoras parceiras, recolhem os pallets de entregas e retornam à Companhia.

A movimentação interna de cargas utiliza 100% de empilhadeiras movidas à GNV (gás natural veicular).

As Notas Fiscais Portobello são eletrônicas, gerando economia de papel.

- A Gestão

A Companhia tem um Sistema de Gestão Ambiental e uma área dedicada à gestão das atividades e programas relacionados ao meio ambiente. Atividades de controle e acompanhamento de indicadores ambientais, pesquisas para melhorias dos processos e capacitação do público interno fazem parte do Sistema de Gestão Ambiental.

- Os Fornecedores

Os fornecedores de matéria prima passam por auditoria de conformidade ambiental que verifica o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As condições de fornecimento são garantidas por contrato formal e ciência do Código de Ética com todos os fornecedores.

- Os Produtos

Os produtos Portobello têm, em média, 18% de Conteúdo Reciclado, características que atende ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do *Green Building: Credit 4.2 – Recycled Content, 10% (post-consumer + 1/2 pre-consumer) – 1 point*.

- Investimento em Meio Ambiente

Dentre os investimentos para a área de Meio Ambiente em 2009 pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Foram investidos R\$ 1.185 exclusivamente para meio ambiente no ano de 2009.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Portobello, marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimentos, é detentora das seguintes patentes: “Portobello”, “Portobello Shop” e “Empório Portobello”. Todas se encontram registradas no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) sob a titularidade da Companhia nos segmentos de atuação pertinentes.

A Companhia vem investindo mais no marketing digital, com página na internet permanentemente com inovações. A Companhia também conta com um Blog, que está no ar há quase um ano e tem um número de acessos significativo. Hoje os domínios da Companhia na internet mais relevantes são: "portobello.com.br", "blogportobello.com.br", "portobelloshop.com.br" e "portobelloamerica.com".

A Companhia e suas subsidiárias no desenvolvimento de suas atividades dependem de softwares e suas respectivas licenças para uso. Destacam-se os seguintes: Oracle ERP, Oracle Developer 6i, Norton Ghost, Microsoft Visio Professional, Microsoft Windows, Microsoft Office, Microsoft Visual Studio, Microsoft Visual Basic .Net, Microsoft SQL Server, Macromedia Dreamweaver, Macromedia Studio MX, AutoCAD, Label Matrix, Adobe Photoshop, Corel Draw, Vector Works, Linux Red Hat Enterprise, Easy Inventory, Rockwell Software Arena, SQL Navigator, Relativa IT Manager, Borland Delphi e Eyebeam (VOIP). Está sob os cuidados do departamento de informática a manutenção e guarda das licenças, bem como a aquisição de novos softwares e equipamentos. Aos colaboradores é vetada a cópia e/ou a distribuição de programas não autorizados, licenciados e homologados pelo respectivo departamento.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil é de R\$ 346.275 em 2009. Sua participação na receita líquida total é igual a 86% em 2009.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2009		
Países estrangeiros	Receita líquida	% da receita líquida total
Paraguai	4.400	1,09%
Coréia do Sul	5.524	1,37%
Argentina	7.609	1,89%
Estados Unidos	19.804	4,93%
Outros países	18.367	4,57%
	<u>55.704</u>	<u>13,86%</u>
Receita Líquida Total		
Mercado Externo	55.704	13,86%
Mercado Interno	346.275	86,14%
	<u>401.979</u>	<u>100,00%</u>

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada proveniente de países estrangeiros é de R\$ 55.704 em 2009. Sua participação na receita líquida total é igual a 14% em 2009.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não se aplica.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

Acionistas direto	Nacionalidades	CNPJ/CPF	Quantidade de Ações Ordinárias	Participação
Cesar Gomes Júnior	Brasileiro	305.583.019-91	24.412.019	15,35%
Eleonora Ramos Gomes	Brasileira	013.808.518-82	21.841.160	13,74%

b) Controladas e coligadas e c) participação da Companhia em sociedades do grupo

Denominação social	Sociedade	Participação da Companhia		
		Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
		2009	2008	2007
Portobello América Inc.	Controlada	100,00%	100,00%	98,42%
PBTech Comércio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	Controlada	99,94%	99,94%	99,94%
Portobello Shop S/A	Controlada	99,90%	99,90%	99,90%
Mineração Portobello Ltda.	Controlada	99,76%	99,76%	99,76%

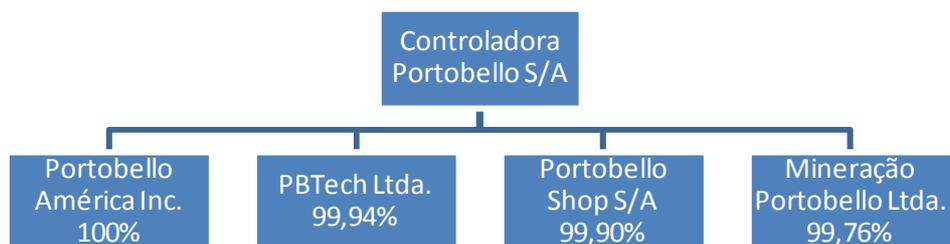
d) Participações de sociedades do grupo na Companhia

Não se aplica.

e) Sociedades sob controle comum

Não se aplica.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O item 6.5 deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes aos eventos societários envolvendo a companhia, suas controladas e coligadas.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Os ativos relevantes estão descritos nas tabelas a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Parque fabril com 993.462 m2 de terrenos e 147.234 m2 de área construída	Brasil	SC	Tijucas	Própria
4 fábricas de pó com 7 balanças, 33 moinhos, 6 atomizadores e 1 maq de coloração	Brasil	SC	Tijucas	Própria
3 fábricas de esmaltes composta por 7 balanças, 23 moinhos e 1 tintômetro	Brasil	SC	Tijucas	Própria
5 fábricas:29 prensas,24 secadores,36 linhas esmalte,16 fornos,8 máq escolha/emb	Brasil	SC	Tijucas	Própria
2 fábricas de acabamentos:3 máq corte,3 retificas,4 polidoras,6 máq escolha/emb	Brasil	SC	Tijucas	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	Nacional	08/09/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Porto Gres	Nacional	05/02/2015	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Mineração Portobello	Nacional	24/03/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Carga Pesada	Nacional	21/02/2019	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Nacional	06/03/2020	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello Internacional	Nacional	05/03/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Mapei	Nacional	28/12/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino	Nacional	03/08/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino Ceramic Tiles	Nacional	01/06/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello - Mista	Nacional	25/01/2014	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobellosshop	Nacional	06/02/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Millenium	Nacional	Em processo	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil. Entretanto, há registros que estão em processo de renovação e pedidos de registros que estão em andamento e podem ser negados pelo INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Labella	Nacional	29/08/2010	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Fiama	Nacional	29/08/2010	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello Shop - mista	Nacional	26/06/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello Shop - mista	Nacional	22/01/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello Shop - mista	Nacional	22/01/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello Shop - mista	Nacional	22/01/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Empório Portobello - Nominativa	Nacional	Em processo	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil. Entretanto, há registros que estão em processo de renovação e pedidos de registros que estão em andamento e podem ser negados pelo INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Belpoint	Nacional	Em processo	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil. Entretanto, há registros que estão em processo de renovação e pedidos de registros que estão em andamento e podem ser negados pelo INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	África do Sul	15/07/1983	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Angola	10/03/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Argentina	17/12/2001	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Argentina	17/12/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino	Argentina	17/12/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	Aruba	12/03/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Austrália	18/03/2016	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Bolívia	13/12/2015	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Bolívia	18/05/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino	Bolívia	18/05/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portofino	Canadá	25/11/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Canadá	18/03/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Chile	20/01/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Colômbia	10/02/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino	Estados Unidos	23/01/1996	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	Itália	21/09/1995	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	México	18/07/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Nigéria	08/01/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Panamá	Em processo	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca. Entretanto, o registro pode ser negado pelo INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Paraguai	21/11/2015	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pointer	Paraguai	03/07/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino	Paraguai	03/07/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Peru	06/08/2016	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	República Dominicana	Em processo	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca. Entretanto, o registro pode ser negado pelo INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Uruguai	11/08/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pointer	Uruguai	25/01/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino	Uruguai	25/01/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Uruguai	05/06/2019	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Venezuela	16/01/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Canadá	06/03/2017	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	Estados Unidos	26/08/2016	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Estados Unidos	07/07/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso da marca.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Mineração Portobello	83.713.495/0001-23	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Extração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional	99,760000
				Valor mercado				
31/12/2009	-26,090000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	-377.411,49		
31/12/2008	-32,300000	0,000000	0,00					
31/12/2007	3,830000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
PBTECH Comércio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda	05.876.012/0001-06	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmicos	99,940000
				Valor mercado				
31/12/2009	-15,140000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	-2.342.788,02		
31/12/2008	-30,220000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-369,780000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Portobello América, Inc - USA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Comércio de revestimentos cerâmicos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	7,690000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	-27.027.909,54		
31/12/2008	-613,200000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-350,920000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Portobello Shop S/A	05.345.379/0001-95	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmicos e prestação de serviços relacionados	99,900000
				Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000	8.292.843,64	Valor contábil	31/12/2009	479.520,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2008	-88,730000	0,000000	3.691.155,39					
31/12/2007	-99,770000	0,000000	413.263,28					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ao longo dos últimos 3 exercícios sociais as condições financeiras e patrimoniais da Companhia apresentaram melhoria gradativa, apesar do período ter sido marcado por forte crise econômica e de crédito nos mercados internacional e doméstico. A receita operacional líquida consolidada manteve-se quase estável, com crescimento vigoroso no mercado interno que praticamente compensou a queda no mercado externo. A produção cresceu de forma consistente, reflexo dos investimentos em capacidade instalada realizados nos últimos 3 anos. O programa de racionalização que vem sendo implementado nos últimos anos vem apresentando bons resultados, com a queda das despesas administrativas e comerciais. As despesas financeiras líquidas, por sua vez, apresentaram oscilação significativa em grande parte devido ao efeito da variação cambial sobre dívidas em moeda estrangeira. A redução de R\$ 19.000 nas despesas financeiras líquidas no último exercício quase que reverteu o acréscimo de R\$ 22.000 ocorrido no ano anterior. O endividamento bancário, por sua vez, apresentou tendência de crescimento moderado, muito inferior aos investimentos realizados no período. O lucro líquido de cerca de R\$ 16.000 no último exercício interrompeu a sequência de prejuízos dos dois anos anteriores. O patrimônio líquido da Companhia aumentou de R\$ 25.000 para cerca de R\$ 30.000, e reverteu a sequência de reduções dos anos anteriores. No primeiro semestre de 2010 a Companhia obteve novas linhas de financiamento de capital de giro com custos inferiores aqueles praticados nos 3 anos anteriores, e de prazos maiores.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 159.008.924 de ações ordinárias escriturais:

(i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

(ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA crescente que atingiu cerca de R\$ 59.000 no último exercício, frente aos compromissos financeiros contratados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses, e linhas de financiamento de longo prazo para investimentos em ativo fixo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro provêm de diversas instituições financeiras brasileiras onde encontra-se a cobrança das vendas da Companhia, e os financiamentos para investimentos provêm em sua quase totalidade dos fornecedores dos equipamentos adquiridos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia passou a ser beneficiada a partir de outubro de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 761. Este benefício já acumulava cerca de R\$ 2.000 no final do exercício, e deverá crescer inicialmente cerca de R\$ 800 por mês para um valor acumulado de até R\$ 65.000 durante os 10 anos de prazo de validade do programa. Os investimentos em ativos não circulantes serão financiados, preferencialmente, pelos fornecedores italianos de equipamentos, como tem sido o caso nos últimos anos,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em condições mais favoráveis do que usualmente ofertadas pelos bancos comerciais. No segundo trimestre de 2010 a Companhia assinou com a FINEP um contrato de financiamento no montante de cerca de R\$ 30 milhões, para amortização em 100 meses, para apoio ao seu programa de desenvolvimento e inovação.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento líquido da Companhia ao final do exercício de 2009 pode ser decomposto em 3 categorias: parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 67.000 (líquido de contas a receber de empresa de quem a Companhia comprou créditos fiscais posteriormente parcelados); financiamentos dos fornecedores de equipamentos no montante de R\$ 21.000, e financiamentos para capital de giro no montante de R\$ 90.000. Foi sancionada pelo Presidente da República com vetos no segundo trimestre de 2010 a MP 470/09 que possibilitará à Companhia reduzir sua dívida fiscal em até R\$ 14.000 através do uso de IR e CSLL diferidos.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31/12/2009 os saldos dos principais contratos de financiamento com fornecedores de equipamentos eram: R\$ 17.000 de Suppliers' Credit com SACMI; R\$ 2.000 com ANCORA; R\$ 2.000 com NUOVAFIMA. Com instituições bancárias os saldos dos principais financiamentos eram: R\$ 20.000 com Banco Safra; R\$ 17.000 com BICBANCO; R\$ 8.000 com Banco do Brasil; R\$ 8.000 com BANRISUL; R\$ 6.000 com Banco SOFISA; R\$ 5.000 com Banco ABN-SANTANDER; R\$ 5.000 com banco HSBC; R\$ 5.000 com Banco INDUSVAL; R\$ 5.000 com Banco MERCANTIL; R\$ 4.000 com Banco FIBRA; R\$ 3.000 com Banco ALFA; R\$ 2.000 com Banco DAYCOVAL e R\$ 1.000 com Banco ABC-Brasil.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Conforme comentado no item 10.1.e a Companhia tem um contrato de incentivo fiscal com o programa PRODEC que resulta em financiamento de longo prazo para parte do ICMS mensal devido no período de outubro de 2009 a setembro de 2019.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Atualmente não existem restrições contratuais.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Principais contas patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

Demonstrações financeiras anuais:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009x07	2009x08	2008x07
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	8.618	9.017	2.362	2%	2%	1%	265%	-4%	282%
Contas a receber de clientes	68.546	74.224	59.436	15%	16%	15%	15%	-8%	25%
Títulos e valores mobiliários	4.279	6.790	4.339	1%	2%	1%	-1%	-37%	56%
Estoques	71.037	64.300	75.609	16%	14%	19%	-6%	10%	-15%
Adiantamento a fornecedores	2.121	2.365	1.731	0%	1%	0%	23%	-10%	37%
Tributos a recuperar	4.294	1.166	1.510	1%	0%	0%	184%	268%	-23%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.839	5.313	-	1%	1%	0%	-	-47%	-
Despesas antecipadas	230	214	269	0%	0%	0%	-14%	7%	-20%
Outros	1.662	1.534	2.663	0%	0%	1%	-38%	8%	-42%
	<u>163.626</u>	<u>164.923</u>	<u>147.919</u>	<u>36%</u>	<u>37%</u>	<u>36%</u>	<u>11%</u>	<u>-1%</u>	<u>11%</u>
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Créditos com outras pessoas ligadas	86.763	95.229	90.304	19%	21%	22%	-4%	-9%	5%
Depósitos judiciais	455	365	951	0%	0%	0%	-52%	25%	-62%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.715	0%	0%	2%	-100%	-	-100%
Imóveis destinados a venda	139	1.016	156	0%	0%	0%	-11%	-86%	551%
Recebíveis da Eletrobrás, líquido	10.560	9.059	-	2%	2%	0%	-	17%	-
Ativos tributários	7.365	-	-	2%	0%	0%	-	-	-
Outros	1.766	1.072	940	0%	0%	0%	88%	65%	14%
	<u>107.048</u>	<u>106.741</u>	<u>99.066</u>	<u>0%</u>	<u>24%</u>	<u>24%</u>	<u>-100%</u>	<u>-100%</u>	<u>8%</u>
Permanente									
Investimentos									
Participação em controladas	-	-	590	0%	0%	0%	-100%	-	-100%
Outros investimentos	223	221	428	0%	0%	0%	-48%	1%	-48%
Imobilizado	177.172	175.403	152.172	39%	39%	37%	16%	1%	15%
Intangível	2.665	3.141	550	1%	1%	0%	385%	-15%	471%
Diferido	-	-	5.306	0%	0%	1%	-100%	-	-100%
	<u>180.060</u>	<u>178.765</u>	<u>159.046</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>	<u>39%</u>	<u>13%</u>	<u>1%</u>	<u>12%</u>
	<u>287.108</u>	<u>285.506</u>	<u>258.112</u>	<u>64%</u>	<u>63%</u>	<u>64%</u>	<u>11%</u>	<u>1%</u>	<u>11%</u>
Total do ativo	450.734	450.429	406.031	100%	100%	100%	11%	0%	11%

Caixa e equivalentes de caixa: O crescimento desta rubrica e manutenção dos níveis em 2009 é função de compromissos de manutenção de saldos mínimos decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos.

Contas a receber de clientes: O acréscimo de 25% de 2007 para 2008 decorre do aumento das vendas no mercado interno e do prazo médio de vendas. Em 2009 houve uma redução de 8% quando a Companhia como forma de fazer frente à crise internacional de crédito buscou otimização dos recursos alocados ao financiamento de clientes.

Estoques: Entre 2007 e 2008 buscou-se a otimização dos recursos alocados ao financiamento de estoque. Um dos fatores foi a descontinuação de negócios na subsidiária nos EUA. Em 2009 os estoques aumentaram no 4o. Trimestre em função do fraco desempenho das vendas

Tributos a recuperar e diferidos: Em 2009 a buscou recuperar créditos tributários de PIS e COFINS sobre insumos que até então não eram utilizados.

Créditos com empresas ligadas: A redução ocorrida entre 2008 e 2009 está relacionada a opção pelo programa de parcelamento já mencionado acima.

Recebíveis da Eletrobrás e ativos tributários: A Companhia reconheceu ganhos judiciais de causas que tiveram trânsito em julgado a seu favor.

Ativo permanente: As variações decorrem dos investimentos em aplicação e modernização da produção.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009x07	2009x08	2008x07
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	68.033	72.178	61.463	15%	16%	15%	11%	-6%	17%
Empréstimos e financiamentos	90.428	93.144	63.648	20%	21%	16%	42%	-3%	46%
Parcelamento de obrigações tributárias	22.179	9.761	9.810	5%	2%	2%	126%	127%	0%
Impostos, taxas e contribuições	1.955	10.005	12.298	0%	2%	3%	-84%	-80%	-19%
Dividendos a pagar	6	8	-	0%	0%	0%	-	-25%	-
Provisão para contingências	5.557	-	-	1%	0%	0%	-	-	-
Dívida com pessoas ligadas	-	2.120	2.226	0%	0%	1%	-100%	-100%	-5%
Adiantamentos de clientes	20.254	19.957	10.538	4%	4%	3%	92%	1%	89%
Obrigações sociais e trabalhistas	11.603	9.169	8.847	3%	2%	2%	31%	27%	4%
Outros	4.410	13.941	6.091	1%	3%	2%	-28%	-68%	129%
	<u>224.425</u>	<u>230.283</u>	<u>174.921</u>	<u>50%</u>	<u>51%</u>	<u>43%</u>	<u>28%</u>	<u>-3%</u>	<u>32%</u>
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	28.859	36.327	43.013	6%	8%	11%	-33%	-21%	-16%
Provisão para contingências	15.237	12.010	2.895	3%	3%	1%	426%	27%	315%
Dívida com pessoas ligadas	-	149	4.525	0%	0%	1%	-100%	-100%	-97%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.122	17.711	18.249	4%	4%	4%	-6%	-3%	-3%
Obrigações com plano de previdência	3.281	3.629	3.604	1%	1%	1%	-9%	-10%	1%
Parcelamento de obrigações tributárias	131.453	30.217	28.256	29%	7%	7%	365%	335%	7%
Tributos a pagar	-	112.354	106.614	0%	25%	26%	-100%	-100%	5%
Outros	745	2.918	352	0%	1%	0%	112%	-74%	729%
	<u>196.697</u>	<u>215.315</u>	<u>207.508</u>	<u>44%</u>	<u>48%</u>	<u>51%</u>	<u>-5%</u>	<u>-9%</u>	<u>4%</u>
Participação de minoritários	8	(5)	62	0%	0%	0%	-87%	-260%	-108%
Patrimônio líquido									
Capital social realizado	112.957	112.957	112.957	25%	25%	28%	0%	0%	0%
Reserva de capital	267	267	267	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Reserva de reavaliação	51.246	52.989	54.584	11%	12%	13%	-6%	-3%	-3%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.154)	(9.352)	-	0%	-2%	0%	-	-88%	-
Prejuízos acumulados	(133.712)	(152.025)	(144.268)	-30%	-34%	-36%	-7%	-12%	5%
	<u>29.604</u>	<u>4.836</u>	<u>23.540</u>	<u>7%</u>	<u>1%</u>	<u>6%</u>	<u>26%</u>	<u>512%</u>	<u>-79%</u>
	<u>0%</u>			<u>0%</u>					
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>450.734</u>	<u>450.429</u>	<u>406.031</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>11%</u>	<u>0%</u>	<u>11%</u>

Fornecedores: Com a crise de crédito iniciada em final de 2008 a Companhia buscou maior volume de financiamento de capital de giro com fornecedores.

Empréstimos e financiamentos: O aumento entre 2007 e 2008 é função das imobilizações para ampliação e modernização das fábricas.

Parcelamento de obrigações tributárias: A Companhia aderiu aos programas de parcelamento da lei 11941 e MP 470 para os tributos em atraso (estes em função da falta de linhas de crédito para financiamento de capital de giro durante a crise financeira internacional) e para os débitos tributários que vinham e sendo questionados judicialmente.

Impostos, taxas e contribuições/tributos a pagar: Refletem os efeitos dos parcelamentos já mencionados anteriormente.

Adiantamento de clientes: Decorre do aumento de vendas no mercado interno, notadamente no canal Portobello SHOP.

Provisões para contingências: O crescimento deste é função da tendência de decisões desfavoráveis em processo judiciais trabalhistas.

Ajustes de variações patrimonial: A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré lei 11.638) este registro acontecia no resultado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da ROL			% da Variação		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009x07	2009x08	2008x07
Receita bruta de venda	506.957	517.466	479.284	126%	127%	121%	6%	-2%	8%
Deduções da receita bruta	(104.978)	(108.885)	(84.452)	-26%	-27%	-21%	24%	-4%	29%
Receita operacional líquida	401.979	408.581	394.832	100%	100%	100%	2%	-2%	3%
Custo dos produtos vendidos	(289.965)	(275.841)	(283.045)	-72%	-68%	-72%	2%	5%	-3%
Lucro operacional bruto	112.014	132.740	111.787	28%	32%	28%	0%	-16%	19%
Receita operacional líquida									
Vendas	(66.741)	(76.036)	(72.675)	-17%	-19%	-18%	-8%	-12%	5%
Gerais e administrativas	(16.093)	(17.330)	(18.375)	-4%	-4%	-5%	-12%	-7%	-6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.955	3.056	(29.324)	3%	1%	-7%	-144%	324%	-110%
	(69.879)	(90.310)	120.374	-17%	-22%	30%	-158%	-23%	-175%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	42.135	42.430	(8.587)	10%	10%	-2%	-591%	-1%	-594%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	2.801	2.048	2.963	1%	1%	1%	-5%	37%	-31%
Despesas financeiras	(27.914)	(33.662)	(34.173)	-7%	-8%	-9%	-18%	-17%	-1%
Variação cambial e monetária líquida	3.965	(8.613)	12.756	1%	-2%	3%	-69%	-146%	-168%
	(21.148)	(40.227)	(18.454)	-5%	-10%	-5%	15%	-47%	118%
Lucro (prejuízo) operacional	20.987	2.203	(27.041)	5%	1%	-7%	-178%	853%	-108%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(2.873)	(10.684)	(2.257)	-1%	-3%	-1%	27%	-73%	373%
Diferido	(1.538)	(864)	(10.199)	0%	0%	-3%	-85%	78%	-92%
	(4.411)	(11.548)	(12.456)	-1%	-3%	-3%	-65%	-62%	-7%
Lucro (prejuízo) antes da participação de minoritários	16.576	(9.345)	(39.497)	4%	-2%	-10%	-142%	-277%	-76%
Participação de minoritários	(6)	(7)	89	0%	0%	0%	-107%	-14%	-108%
Lucro (prejuízo) do exercício	16.570	(9.352)	(39.408)	4%	-2%	-10%	-142%	-277%	-76%

Receita operacional líquida: Não houveram variações significativas da Receita Líquida da Companhia entre os anos de 2007, 2008 e 2009. Houve sim, redirecionamento do foco da Companhia, onde reduziu-se a exportação para maior ênfase no mercado interno.

Lucro operacional bruto: Entre 2007 e 2008 houve um incremento no lucro bruto de 19%. Este fato deve-se a melhor eficiência das linhas de produção implantadas no final de 2007 e meados de 2008. Em 2009 houve redução do lucro bruto em 16%. Esta redução deve-se principalmente ao problemas operacionais ocorridos na fábrica iniciados a partir da falta de gás natural ocorrida em dezembro de 2008, problema solucionado no segundo trimestre de 2009.

Despesas com vendas: Houve incremento destas despesas em 2008 decorrentes da descontinuação de negócios na subsidiária Portobello America, nos EUA. Este fato também explica a redução de 12% ocorrida em 2009, dado que o processo de "downsizing" daquela subsidiária foi concluído em 2009.

Despesas administrativas: A redução de 12% entre 2007 e 2009 decorre do constante processo de racionalização de gastos.

Outras receitas e despesas operacionais: Em 2007 a Companhia reconheceu contingências tributárias devido a decisões contrárias em processos judiciais, principalmente decorrente de crédito prêmio de IPI. Em 2009 a Companhia aderiu aos programas de parcelamento de tributos que incluíram redução de encargos e pagamento em até 180 meses.

Resultado financeiro: Entre 2007 e 2008 o resultado financeiro líquido foi afetado principalmente pelas variações cambiais de dívidas e ativos em moeda estrangeira. Em 2009 este reduziu em função da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

redução dos encargos com tributos pela adesão aos programas de parcelamentos instituídos pela Lei 11.941 e MP 470.

Resultado líquido do exercício: A combinação dos fatores expostos acima fez o prejuízo de 2007 (R\$ 49.000) ser revertido para um lucro de R\$ 17.000 em 2009, representando 4% da Receita Líquida.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados a construção civil. Estes produtos são na maioria de produção própria e em menor escala de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela Companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (1) revestimentos externos (2) pisos cerâmicos (3) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados (4) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influencia na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição,

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno: Três são os canais de distribuição : (1) “revendas multimarcas”, responsáveis pelo atendimento a clientes revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (2) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (3) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 104 lojas localizadas em 85 cidades, este canal representa a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Mercado Externo: Representando as vendas realizadas para diversos países, inclusive da subsidiária no exterior

A composição da receita líquida, nos 3 últimos anos foi a seguinte:

Canais de Venda	2009			2008			2007		
	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL
Mercado Interno	16.196	346.273	86%	14.523	303.672	74%	13.062	247.921	63%
Engenharia	7.346	129.501	32%	6.067	105.103	26%	5.543	93.993	24%
Revenda	5.292	106.923	27%	5.376	101.737	25%	4.966	80.451	20%
Portobello Shop	3.558	109.849	27%	3.080	96.832	24%	2.553	73.477	19%
Mercado Externo	2.124	55.705	14%	5.072	104.909	26%	4.846	146.910	37%
Total	18.320	401.978	100%	19.595	408.581	100%	17.908	394.831	100%

Com o enfraquecimento do dólar norte americano a Companhia tem reduzindo suas exportações desde 2006, (quando representava 50% para 14% em 2009) em busca de melhor lucratividade. A crise na construção civil americana afetou as nossas vendas naquele mercado. Redirecionamos a disponibilidade para o mercado interno dado ao seu crescimento, notadamente em dois segmentos/canais: (i) Engenharia e (ii) Portobello Shop. Este com a abertura de novas lojas franqueadas

As lojas franqueadas da Portobello Shop dividem-se em dois padrões: (a) Portobello Shop, voltada ao segmento de consumo de maior poder aquisitivo e, (b) Emporium Portobello voltada a produtos de maior acessibilidade.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vendas no mercado interno sofrem influência da conjuntura econômica brasileira. Quanto ao comportamento do mercado interno, na análise de dados históricos, nota-se uma estreita correção entre alguns indicadores macroeconômicos, conforme abaixo:

Índice	2009	2008	2007	2006	2005
PIB	0,20%	5,10%	5,70%	4,00%	3,20%
PIB Construção Civil	1,00%	8,00%	5,00%	4,60%	1,30%
Índice Abrammat	-6,50%	37,50%	16,00%	6,70%	-3,60%
Material de Acabamento	5,90%	16,50%	13,10%	6,00%	9,40%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos 3 exercícios os resultado consolidados da Companhia foram influenciados pelos seguintes fatores:

- Redução da competitividade das exportações devido ao enfraquecimento da moeda norte americana e a crise do setor imobiliário dos EUA. Além dos custos de redirecionamento do foco para o mercado interno, incorreu-se em custo extras devido a descontinuação dos negócios (“downsizing”) da subsidiária Portobello America;
- Redimensionamento do portfólio para atender as demandas implicando em custos de descontinuação de produtos e relacionamento com clientes e também lançamento de novos produtos para atender estas novas demandas;
- A restrição de crédito devido à crise financeira mundial iniciada no final de 2008 afetou a capacidade de nossos clientes financiarem seus estoques além de custos financeiros maiores com a conseqüente redução no volume de compras;
- Ao final de 2008 houve interrupção do fornecimento de gás natural. Isto provocou a parada de nossa produção causado ociosidade e incorremos em custos extraordinários;
- A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS instituído pela Lei 11.941 e MP 470, resultando em aumento do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 13.000. Além da grande redução do passivo fiscal e amortização em até 180 meses. Nesta ocasião foram transformadas as contingências que a Companhia avaliou serem convenientes reconhecer como passivo para parcelamento com as reduções expressivas possibilitadas pela nova legislação. Foram utilizados créditos de IR e CSLL diferidos, para parte significativa dos pagamentos destes impostos parcelados, cujo aproveitamento em condições normais levaria diversos anos. Estas contingências fiscais em sua quase totalidade decorreram de compensações de impostos com créditos-prêmio de IPI, que haviam sido glosadas pela Receita Federal e encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial. A confissão e parcelamento destas dívidas fiscais decorrentes de compensações glosadas, embora elimine a discussão administrativa, não prejudica o andamento das ações judiciais para reconhecimento do direito a crédito-prêmio de IPI de exportações realizadas antes de outubro de 1990, já transitadas em julgado quanto ao mérito favorável à Companhia, encontrando-se em processo de liquidação de sentença.

Os resultados operacionais foram afetados positivamente por R\$ 13.000 de “outras receitas operacionais líquidas”, sendo R\$ R\$ 72.000 de “outras receitas operacionais” e R\$ 59.000 de “outras despesas operacionais”. Os principais itens integrantes das “outras receitas operacionais” foram R\$ 52.000 decorrentes dos benefícios do parcelamento de impostos federais (REFIS), R\$ 7.000 de reconhecimento de ativos tributários decorrente de crédito-prêmio de IPI com sentença favorável transitada em julgado, R\$ 7.000 de créditos tributários de PIS e COFINS, R\$ 2.000 de venda de imobilizado e R\$ 2.000 de atualização do crédito de empréstimo compulsório da ELETROBRÁS. Nas “outras despesas operacionais”

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os principais itens foram R\$ 49.000 de confissão de débitos fiscais federais decorrentes de compensações de impostos com crédito-prêmio de IPI baseados no trânsito em julgado do mérito mas ainda sem a liquidação de sentença, R\$ 6.000 de provisão para contingências trabalhistas, R\$ 2.000 de custo de venda de bens, e R\$ 1.000 de indenização por rescisão de contrato de terceirização.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita consolidada praticamente não variou nos últimos 3 anos, seja em termos de preço médio, seja em termos de volume. No entanto, sua composição mudou conforme exposto acima. Houve o deslocamento da exportação para o mercado interno. Este fato deveu-se ao redirecionamento estratégico iniciado no começo de 2006.

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda tem um grande peso os esforços de inovação e constante lançamento de produtos novos. 53% da Receita da Companhia é proveniente da venda de produtos lançados nos últimos 5 anos. A renovação do portfólio é constante e demanda constante pesquisa e desenvolvimento de produtos.

	2009	2008	2007	2006
% da Receita decorrente de produtos lançados no ano anterior	16%	8%	13%	13%

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O principal impacto destes itens no resultado operacional decorreu da variação cambial líquida que beneficiou o resultado financeiro em R\$ 4.000, sendo R\$ 30.000 decorrentes de variação ativa e R\$ 26.000 de variação passiva.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Ressalvado o parcelamento de dívidas fiscais federais (REFIS) nos termos definidos na Lei 11.941/09 e na MP 470/09, já comentado, não houve evento não usual no período.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante o exercício de 2008 ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia, em decorrência das alterações da Lei 11.638/07. As mudanças significativas foram:

- Contabilização da depreciação do ativo imobilizado pela vida útil do bem e não mais pela depreciação sugerida pela legislação fiscal;
- Alteração no critério de conversão das demonstrações financeiras da controlada Portobello America.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O resultado do exercício de 2008 foi impactado em R\$ 3.000 em função da alteração do critério de depreciação do ativo imobilizado, explicado no item acima.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes.

Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 os pareceres dos auditores independentes possuíam parágrafo de ênfase relacionado aos contínuos prejuízos gerados pela Companhia e pela insuficiência de Capital de Giro.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros:

- Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação), mantidos até o vencimento e os recebíveis, uma vez que não existem ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Títulos e valores mobiliários)

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

- Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e de partes relacionadas e demais contas a receber.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Companhia não ajusta as contas a receber ao seu valor presente por serem os prazos de vencimento destas de curto prazo e compatíveis com o seu ciclo operacional.

Os adiantamentos de contratos de câmbio e sobre cambiais de exportação são demonstrados pelo valor de custo, acrescidos da variação cambial e juros calculados até as datas dos balanços. Os adiantamentos correspondem a operações de vendas a prazo já efetuadas e estão sendo apresentados deduzidos de contas a receber.

- Valor justo

10.5 - Políticas contábeis críticas

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

e) Depósitos judiciais

Os depósitos não são atualizados monetariamente e estão apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

g) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anualmente revisadas. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no exigível a longo prazo.

Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

h) Intangível

Refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação, deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear correspondente ao prazo estimado de recuperação.

i) Arrendamento financeiro

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica Empréstimos e Financiamentos, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados pelo valor líquido de realização, incluídos quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

k) Participação nos resultados e bônus

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia e registrado no passivo circulante sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras Despesas Operacionais".

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

m) Demais passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base "pró-rata dia".

10.5 - Políticas contábeis críticas

n) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

o) Plano de previdência privada

Encontram-se reconhecidos pelo regime de competência de exercícios.

p) Transações com empresas ligadas e partes relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com partes relacionadas.

q) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

r) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como Ajuste Acumulado de Conversão no patrimônio líquido sob a rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências significativas incluídas no relatório dos auditores independentes nos últimos anos. A preparação das recomendações do ano de 2009 está em fase de finalização e assim que tivermos a compilação das informações atualizaremos o formulário de referência, se necessário.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, em 31 de dezembro de 2009, não possui ativos e/ou passivos que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras ou que não demonstrados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Companhia figura em vários processos judiciais em que postula o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração.

Destacam-se os processos nº 1998.34.00.029022-4, nº 1984.00.020114-0 e nº 594816 intitulados 'crédito-prêmio do IPI', evidenciados em notas explicativas, e o processo relativo ao expurgo do ICMS da Base Cálculo do PIS e COFINS, descrito no item 4.6.

Os processos nº 1998.34.00.029022-4 e nº 1984.00.020114-0, referentes ao período de 07/12/1979 a 31/03/1981, encontram-se com sentença definitiva de mérito, em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela justiça federal, de sorte que ainda não podem ser reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

O processo nº RE 594816 encontra-se no Supremo Tribunal Federal para pronunciamento definitivo de mérito. Este refere-se ao período de 16/07/1988 a 05/10/1990 e estima-se um valor aproximado de R\$ 30.000.

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não se aplica.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10 - Plano de negócios

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No plano de negócios para 2010 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 19.000, valor pouco superior à depreciação do período. O principal item do plano refere-se à adição de mais uma linha de produção de porcelanato esmaltado, com capacidade nominal de 250.000 m² por mês, com orçamento de R\$ 11.000 que já entrou em operação no final do primeiro trimestre. Esta nova linha ampliou a capacidade total em cerca de 16%. Outros investimentos programados: R\$ 2.000 em modernização tecnológica das demais linhas de produção, R\$ 1.000 em sistema de prevenção de acidentes, R\$ 4.000 em logística, e R\$ 1.000 em infra-estrutura.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os equipamentos para a fábrica são em quase sua totalidade importados da Itália com financiamento direto dos fabricantes. Os demais investimentos serão financiados com a geração de caixa das operações e linhas de financiamento bancário de até 36 meses de prazo de amortização.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme mencionado anteriormente, está sendo ampliada em 16% a capacidade de produção com a instalação de mais uma linha de produção.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 14.000 em 2010.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não foram divulgados projetos em desenvolvimento.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia passou no primeiro trimestre de 2009 por dificuldades operacionais em algumas de suas linhas de produção, somente resolvidos no segundo trimestre. Como consequência, houve queda de produção e de qualidade naquelas linhas, com consequência negativa nos custos e no resultado operacional.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não publica projeções de resultados.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não publica projeções de resultados.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia será administrada por um Conselho de Administração composto por 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros e por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros. O mandato dos membros do Conselho de Administração e Diretoria será de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

A Companhia possui um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária.

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 29, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social (o "Plano Anual de Investimentos");
- c) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis do Estatuto Social;
- d) convocar a Assembléia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- e) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembléia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, conforme o disposto nos Artigos 13 e 23 do Estatuto Social, cuja atribuição poderá ser delegada ao Diretor Presidente;
- f) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação nos lucros e/ou nas vendas) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (assim entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de gestão equivalentes) da Companhia ou de suas subsidiárias;
- g) atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembléia Geral, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 34;
- h) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- i) analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos fixados;
- j) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- k) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembléia Geral Ordinária;
- l) propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- m) escolher e destituir auditores independentes;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- n) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;
- o) deliberar, a partir de proposta formulada pela Diretoria e *ad referendum* da Assembléia Geral, os dividendos ou juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos do Artigo 34 do Estatuto Social;
- p) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- q) submeter à Assembléia Geral propostas de aumento de capital, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- r) aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- s) deliberar, por proposta da Diretoria, sobre aprovar a alienação de bens imóveis, a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou subsidiária desta, bem como a concessão de garantia em favor de subsidiária da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000, exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- t) deliberar, por proposta da Diretoria, sobre contratos de empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, quando em valor superior a R\$ 10.000, exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- u) deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características, podendo deixar de conceder direito de preferência aos acionistas, nos casos previstos no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- v) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, incluindo sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- w) deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- x) realização de operações e negócios de qualquer natureza com o acionista controlador, suas sociedades controladas, coligadas ou detidas, direta ou indiretamente, nos termos da regulamentação aplicável, que não estejam previstas no Plano Anual de Investimentos aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza envolvendo qualquer administrador da Companhia;
- y) deliberar sobre a abertura ou encerramento de fábricas e unidades industriais, assim como escritórios, depósitos, agências e outras dependências ou estabelecimentos fora do Brasil; e
- z) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social.

Compete à Diretoria, como colegiado:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;
- c) submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no País ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- e) aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 do Estatuto Social;
- f) aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no País;
- g) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;
- h) praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;
- i) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- j) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- k) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- l) submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;
- m) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e
- n) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

- b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia em caráter permanente.

- c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não aplicado.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais e zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Compete a cada um dos Diretores responder pelos assuntos correspondentes às atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

e) Mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não aplicado.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência à convocação.

b) Competências

Está delimitada pela Lei 6.404/76 artigo 122 (alterado pela Lei nº 10.303/01).

"Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:

I - reformar o estatuto social;

II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142;

III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV - autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1o do art. 59;

V - suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120);

VI - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

VII - autorizar a emissão de partes beneficiárias;

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e

IX - autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata".

c) Endereços (físicos ou eletrônicos) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos:

<http://www.portobello.com.br/ri>, <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.bmfbovespa.com.br>.

Endereço físico:

BR 101, KM 163, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP 88.200-000

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não se aplica.

e) Solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Não é aplicado.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite outorga de procuração por meio eletrônico prescindindo de firma reconhecida, desde que seja encaminhado por endereço fidedigno.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo e/ou o áudio das assembleias.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não admitidos, dado que a assembleia delibera somente a ordem do dia, estabelecida previamente em edital.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas	
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	25/02/2010	
		Diário Oficial do Estado - SC	25/02/2010	
		Valor Econômico - SP	25/02/2010	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC		30/03/2010
				31/03/2010
				01/04/2010
		Diário Oficial do Estado - SC		30/03/2010
				31/03/2010
				01/04/2010
		Valor Econômico - SP		30/03/2010
				31/03/2010
				01/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	20/04/2010	
		Diário Oficial do Estado - SC	20/04/2010	
		Valor Econômico - SP	20/04/2010	
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	24/03/2009	
		Diário Oficial do Estado - SC	24/03/2009	
		Valor Econômico - SP	24/03/2009	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC		24/03/2009
				25/03/2009
				26/03/2009
		Diário Oficial do Estado - SC		24/03/2009
				25/03/2009
				26/03/2009
		Valor Econômico - SP		24/03/2009
				25/03/2009
				26/03/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	08/05/2009	
		Diário Oficial do Estado - SC	08/05/2009	
		Valor Econômico - SP	08/05/2009	
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	28/03/2008	
		Diário Oficial do Estado - SC	28/03/2008	
		Valor Econômico - SP	28/03/2008	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC		09/04/2008
				10/04/2008
				11/04/2008
		Diário Oficial do Estado - SC		09/04/2008
				10/04/2008
				11/04/2008
		Valor Econômico - SP		09/04/2008
				10/04/2008
				11/04/2008
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	18/06/2008	
		Diário Oficial do Estado - SC	18/06/2008	
		Valor Econômico - SP	18/06/2008	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração em Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não se aplica.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Cesar Bastos Gomes	82	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
002.288.349-53	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	19/04/2010	Sim
Não se aplica				
Francisco Amauri Olsen	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
019.167.269-68	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2010	Sim
Não se aplica				
Glauco José Côrte	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
003.467.999-53	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2010	Sim
não se aplica				
Mailson Ferreira da Nóbrega	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
043.025.837-20	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2010	Sim
Não se aplica				
Mário José Gonzaga Petrelli	75	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
006.376.109-20	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2010	Sim
Não se aplica				
Mauricio Levi	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
797.054.489-49	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2010	Não
Não se aplica				
Plínio Villares Musetti	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
954.833.578-68	Administrador e Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Rami Naum Goldfajn	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
942.673.597-68	Administrador e Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2010	Não
Não se aplica				
Cesar Gomes Junior	53	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	19/04/2010	2 anos
305.583.019-91	Administrador	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	19/04/2010	Sim
Diretor Presidente				
Bruno Piacentini	28	Conselho Fiscal	28/04/2011	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
298.957.548-09	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2011	Não
Não se aplica				
Haroldo Pabst	68	Conselho Fiscal	28/04/2011	1 ano
131.643.339-00	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2011	Sim
não se aplica				
Jorge Muller	46	Conselho Fiscal	28/04/2011	1 ano
518.027.679-91	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2011	Sim
não se aplica				
Maro Marcos Hadlich Filho	48	Conselho Fiscal	28/04/2011	1 ano
442.839.119-68	Advogado e Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2011	Sim
não se aplica				
Rodrigo Sancovsky	32	Conselho Fiscal	28/04/2011	1 ano
282.860.048-33	Administrador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2011	Não
não se aplica				
Maria Amália Trevisol Muller	45	Conselho Fiscal	28/04/2011	1 ano
683.167.129-20	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2011	Sim
não se aplica				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Cesar Bastos Gomes - 002.288.349-53

Sucessor do Fundador das Empresas Portobello, Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Gomes Administração de Bens e Participações Societárias Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Pedra Branca Ltda.

Francisco Amauri Olsen - 019.167.269-68

Graduado em Administração de Empresas pela Furb/Univille, de Joinville (SC) com Curso de Extensão em Administração de Empresas pela Universidade de Southern, na Califórnia (Advanced Management), Presidente do Conselho da ABRAMAT (Assoc. Brasil. Ind. Matl de Construção/SP), Vice Presidente da ACIJ (Associação Comercial Indl Joinville), Joinville (SC), Membro do Conselho de Administração da TIGRE SA Tubos e Conexões, Joinville,(SC) desde Abril/2009 (atividade principal da empresa: fabricação de tubos e conexões de PVC), Membro do Desenville – Conselho de Desenvolv. de Joinville, Joinville (SC), Membro do Conselho do IEDI (Instit.Estudos para Des.Industrial), São Paulo (SP), Membro do Conselho Deliberativo da ADVB/SC - Associação dos Dirigentes de Vendas de Santa Catarina, Membro do Conselho Curador na FNQ–Fundação Nacional da Qualidade (SP), Membro do Conselho Superior da ONG Trata Brasil, São Paulo (SP), Membro do Conselho do Instituto Carlos Roberto Hansen – Joinville (SC), Membro do Conselho da Marisol S.A. (atividade da empresa: Holdings de instituições não-financeiras), Jaraguá do Sul (SC), Membro do Conselho de Administração da Portobello S.A. – Tijucas (SC) (Atividade principal da empresa: fabricação de produtos cerâmicos), Membro do Conselho da Papaiz (principal atividade da empresa: fabricação de artigos de metal), São Paulo (SP), Membro do Conselho da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A., Uberlândia (MG) (principal atividade da empresa: distribuidora de produtos), Presidente do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da Martins, Uberlândia (MG) (principal atividade da empresa: distribuidora de produtos), Membro do Conselho Consultivo da Academia do Varejo Marisol, Jaraguá do Sul (SC) (principal atividade da empresa: comércio de artigos do vestuário), Ocupou o cargo de Presidente da Tigre S.A Tubos e Conexões até Março/2009, função desempenhada por 15 anos (atividade principal da empresa: fabricação de tubos e conexões de PVC).

Glauco José Côrte - 003.467.999-53

Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especializações em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com cursos na American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e no Internatio Institute for Management Development (Lausanne, Suíça). Foi assessor do Diretor Financeira da Solteca, Adjunto do Diretor Financeiro da Eletrosul, Diretor Financeiro da Cia. siderúrgica Nacional e Vice-Presidente da Portobello S/A. Atualmente é Vice-Presidente da Refinadora Catarinense S/A e da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda., membro do Conselho de Administração da Multilog S/A, membro do Conselho de Administração da Satinvest S/A, membro do Conselho Consultivo Superior do Governo do Estado de Santa Catarina, e 1o Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC.

Mailson Ferreira da Nóbrega - 043.025.837-20

Economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Distrito Federal. Foi Ministro da Fazenda da República Federativa do Brasil no período 1988/1990, depois de desempenhar longa carreira no Banco do Brasil e no setor público. Atuou como Assessor da Presidência e Chefe da Divisão de Análise de Projetos do Banco do Brasil, chefe da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Secretário Geral do Ministério da Fazenda. Foi Diretor Executivo do European Brazilian Bank - EUROBRAZ – em Londres. Como Ministro, presidiu vários órgãos, entre os quais o Conselho Monetário Nacional, o CONFAZ e o Conselho Nacional de Comércio Exterior. Foi ainda membro do "Board" de Governadores do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Possui diversos trabalhos publicados em jornais e revistas no Brasil e no exterior. Membro do Conselho de Administração da Portobello S/A, da Grendene S/A, da TIM Participações S/A, da Renova Energia S/A, Cosan S/A, Rodobens Negócios Imobiliários S/A, Arteb S/A, e Banco Pine S/A.

Mário José Gonzaga Petrelli - 006.376.109-20

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná. É Diretor da Icatu Hartford Seguradora e da Icatu Hartford Capitalização, Diretor-Presidente da Rádio e TV Independência S/A de Curitiba-PR e do sistema RIC Record no Paraná e em Santa Catarina, Diretor-Presidente dos jornais "Notícias do Dia" e "Record News" em Santa Catarina, Vice-Presidente do Conselho de Administração da DTCOM-Direct To Company, membro do Conselho de Política Superior da Federação das Empresas de Seguros e Capitalização, Membro do Conselho Consultivo do Grupo Icatú-Itaboraí Participações S/A, Membro do Conselho Fiscal da Federalcap, do Conselho de Administração da MARES MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S/A, e da Santa Catarina Seguros e Previdência e foi Diretor do Banco do Brasil.

Mauricio Levi - 797.054.489-49

Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), com ênfase em finanças. Depois de trabalhar na Procter & Gamble por 2 anos, fundou a FAMA Investimentos em 1993 (Sócio-Fundador). Atualmente é responsável pela gestão de fundos e pela análise política e macroeconômica da FAMA Investimentos.

Além da Portobello S.A. é Conselheiro de Administração da Rodobens Negócios Imobiliários. Foi Conselheiro Fiscal titular da América Latina Logística, Tecnisa, Lopes e Kepler Weber.

Plínio Villares Musetti - 954.833.578-68

Graduado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e participou do "Program for Management Development" na Harvard Business School. Iniciou sua carreira dentro do Grupo Villares em projetos de expansão, passando em seguida a atuar por nove anos na área financeira. Foi presidente da Elevadores Atlas S/A e da Elevadores Atlas Schindler S/A. Foi sócio do JPMorgan Partners, o braço de "private equity" do J.P. Morgan Chase & Co., tornando-se responsável pelas atividades de "private equity" o Brasil. Foi presidente executivo da Vitopel do Brasil Ltda., empresa produtora de filmes plásticos de polipropileno bi-orientado (BOPP) para o segmento de embalagens. Foi Diretor presidente da Satipel Industrial S/A maior empresa produtora de painéis de madeira (MDP) do Brasil até a sua fusão com a Duratex. É membro dos Conselhos de Administração da Negócios da América S/A-DASA, da Elevadores Atlas Schindler S/A.

Rami Naum Goldfajn - 942.673.597-68

Graduou-se em Engenharia de Produção pela UFRJ e mestrado em administração de empresas pela COPPEAD/UFRJ, com extensão internacional no MBA de Wharton/Penn University nos EUA. Foi professor convidado em cursos de pós-graduação da FGV/EDESP. Sócio da GG-Governança e Gestão Investimentos, gestora de fundos de Private Equity. Foi CEO e CFO da Eleva Alimentos (antiga Avipal) e sócio da Galeazzi&Associados tendo coordenado, entre outros projetos, a reestruturação do Grupo O Estado de São Paulo, onde exerceu a função de CFO. Adicionalmente trabalhou por mais de doze anos no setor financeiro em atividades de fusões e aquisições, operações estruturadas, vendas e tesouraria. É membro do Conselho de Administração da Perdigão S.A.

Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC, Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda., Vice Presidente do Conselho da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc.

Bruno Piacentini - 298.957.548-09

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, iniciou sua carreira no Banco ABN Amro como assessor financeiro para o setor de infra-estrutura, focado no financiamento e viabilização de projetos hidroelétricos e concessões rodoviárias. Em março de 2006, juntou-se à FAMA Investimentos integrando a equipe de gestão. É membro do conselho de administração da Grazziotin S.A. e dos conselhos fiscais da Company S.A., da Metisa S.A. e da Portobello S.A.

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Societário e Comercial Internacional da FURB (Blumenau, SC) e de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Membro do Conselho Fiscal da Karsten S.A., de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializado em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de contador no Grupo Portobello durante 08 anos. Posteriormente, foi contador da empresa Dígito Telecomunicações Ltda., gerente de Controladoria da HERTZ Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB, 1985/1986) em Direito Empresarial (INPG, 1989/1990) e em Direito Comercial (FURB, 1991/1992). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina, tendo proferido palestras e seminários sobre Direito Tributário em vários órgãos de classe. Publicou, por vários anos, artigos de Direito Tributário em jornais. É membro do Conselho Municipal de Contribuintes de Blumenau e da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Rodrigo Sancovsky - 282.860.048-33

Formado em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), com ênfase em Finanças. Iniciou sua carreira na área de Investment Banking e Fusões e Aquisições da Merrill Lynch & Co. Posteriormente, trabalhou como Consultor na Bain & Company e foi Co-Gestor e Analista de Ações de Renda Variável na Rio Bravo Investimento. Desde 2006 atua como Analista de Ações e Gestor de Renda Variável na Fama Investimentos, onde é sócio. Já foi membro Titular do Conselho Fiscal das Indústrias Romi S.A., da Fibam Cia Industrial e da Tecnisa S.A.

Maria Amália Trevisol Muller - 683.167.129-20

Contadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializada em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Trabalhou na área de controladoria do Grupo Portobello durante 14 anos. Posteriormente, exerceu o cargo de contadora da Portobello S/A durante 06 anos e atualmente é uma das contadoras da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo**Administrador do emissor ou controlada**

Cesar Bastos Gomes	002.288.349-53	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor presidente

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Cesar Gomes Neto	006.211.549-97	Portobello América, Inc - USA	83.475.913/0001-91	
------------------	----------------	-------------------------------	--------------------	--

Administrador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	---

Acionista controlador

Pessoa relacionada

Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
----------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Acionista controlador

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2009			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista controladora	013.808.518-82	Prestação de serviço	Cliente
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cesar Gomes Junior Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	305.583.019-91		
<u>Observação</u>			
Contrato de Franquia com a empresa controlada e franqueadora Portobello Shop			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Plínio Villares Musetti Membro efetivo do Conselho de Administração	954.833.578-68	Prestação de serviço	Credor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Portobello S/A	83.475.913/0001-91		
<u>Observação</u>			
Consultoria Financeira			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista controladora	013.808.518-82	Prestação de serviço	Cliente
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cesar Gomes Junior Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	305.583.019-91		
<u>Observação</u>			
Contrato de Franquia com a empresa controlada e franqueadora Portobello Shop			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não existem acordos e não há apólice de seguro objetivando o pagamento ou reembolso de despesas que envolvam os administradores em atos no exercício da função. Preteritamente a Companhia suportou o pagamento de honorários de advogados objetivando a defesa da Companhia e dos Administradores, particularmente em processo administrativo disciplinar instaurado pela CVM.

12.12 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- Conselho de Administração e Diretoria: A Assembléia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração a fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários.
- Conselho Fiscal: A remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembléia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários e de auditoria.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	486.000,00	2.168.339,00	103.140,00	2.757.479,00
Benefícios direto e indireto	0,00	420.401,00	0,00	420.401,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	486.000,00	2.588.740,00	103.140,00	3.177.880,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2008 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	2,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	464.000,00	2.097.000,00	121.000,00	2.682.000,00
Benefícios direto e indireto	4.000,00	442.000,00	0,00	446.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	468.000,00	2.539.000,00	121.000,00	3.128.000,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2007 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	0,00	2,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	392.000,00	1.690.000,00	100.000,00	2.182.000,00
Benefícios direto e indireto	6.000,00	334.000,00	0,00	340.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	398.000,00	2.024.000,00	100.000,00	2.522.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não se aplica.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009		
	Ações Ordinárias	% de participação
Controladores	54.768.591	34,44%
Conselho de Administração	54.964	0,03%
Conselho Fiscal	2	0,00%
Diretoria	45.603	0,03%
Total das ações	54.869.160	34,51%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Órgão	Diretoria
Múmero de membros	4
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	a) Tenha pelo menos 50 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Contribuições no plano de previdência, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.251
Contribuições, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 279
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Nº de membros	4,00	3,00	3,00	8,00	7,00	7,00	3,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	716.626,00	691.880,00	532.620,00	39.925,00	54.000,00	42.000,00	39.925,00	39.028,00	32.590,00
Valor da menor remuneração(Reais)	110.902,00	284.462,00	265.908,00	23.289,00	54.000,00	42.000,00	39.925,00	15.728,00	12.500,00
Valor médio da remuneração(Reais)	413.764,00	488.171,00	399.264,00	31.607,00	54.000,00	42.000,00	39.925,00	27.378,00	22.545,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007
Diretoria	-	-	-
Conselho de Administração	12,50%	14,29%	14,29%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração em Controlada	Trimestre Encerrado em 31 de março		Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de	
	2010	2009	2008	2007
Diretoria	423	1.147	875	509
Conselho de Administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Descrição da Conta	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
	2009	2008	2007
Nº de empregados	1.762	1.632	1.393
Atividades Administrativas	132	130	135
Atividades Comerciais	423	401	397
Atividades Industriais	1.207	1.101	861
Nº de terceirizados	107	345	228
Atividades Administrativas	-	-	-
Atividades Comerciais	-	-	-
Atividades Industriais	107	345	228
Índice de rotatividade	1,74%	1,87%	1,30%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)

Posição sem estagiários e aprendizes.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não se aplica.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Política de Salários da visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhores qualificados.

Ajustes Salariais:

- Anualmente, no mês de maio, data base de negociação sindical;
- Nos crescimentos horizontais, por mérito devidamente aprovados pela diretoria requisitante, estes são eventuais;
- Nos crescimentos verticais, por promoção, devidamente documentado, atendendo as exigências da descrição do cargo e exames médicos, (em atendimento ao SESMT), devidamente aprovados pela diretoria.

Remuneração Variável:

- É praticada para toda equipe da área comercial, como, também para os gerentes e coordenadores industriais, para a gerência de controladoria e marketing, segundo atingimento de metas pré-estabelecidas, conforme orçamento da Companhia;
- A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados, para o corpo funcional, com base no indicador LAJI – Lucro Antes de Juros e Impostos orçado. Para o nível de gerentes e diretores, os indicadores são 50% baseados no atingimento do LAJI e 50% baseados no atingimento do Capital de Giro. A distribuição se dá a partir de 80% de atingimento do indicador, e varia linearmente com o valor atingido.

b) Política de benefícios

Com relação ao benefícios a Companhia oferece:

Plano de saúde: a Companhia oferece convênio com a UNIMED, arcando com 50% (cinquenta por cento) do custo do plano básico. Existem ainda outros módulos complementares em que o funcionário arca integralmente com seu valor.

Vale transporte: conforme prevê a legislação com o diferencial de oferecer linhas de transportes em ônibus fretados, sendo assim, mais cômodo para o funcionário.

Alimentação: a Companhia disponibiliza o restaurante para todos os funcionários que trabalham em Tijucas, servindo refeições de segunda a sábado, o valor total da refeição é de R\$ 5,35 (cinco reais e trinta e cinco centavos). A Companhia paga R\$ 4,28 (quatro reais e vinte e oito centavos) (80%) e a parte do funcionário é de R\$ 1,07 (um real e sete centavos) (20%).

Vale refeição: a Companhia oferece aos que ficam nas unidades fora da fábrica, com valor facial de R\$ 10,00 (dez reais) por dia, nesse caso a Companhia arca com 80% do valor da refeição.

Convênio farmácia: a Companhia concede o benefício farmácia, reembolsando os funcionários em 50% (cinquenta por cento), considerando os medicamentos comprados mediante receita médica. Extensivo também aos dependentes.

Convênio odontológico: a Companhia oferece dois modelos de plano, pré pago e pós pago, com o custo integral do funcionário.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Bônus assiduidade: para os funcionários com salário de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) e que não tiverem falta ao trabalho a Companhia paga mensalmente R\$ 50,00 (cinquenta reais), a título de vale alimentação.

Abono de férias: todos os empregados receberão um abono equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais); este abono será pago uma única vez, que não possui natureza salarial. O pagamento será realizado quando do retorno do gozo de férias no período de vigência do presente instrumento, sobre o qual não incidirão contribuições previdenciárias, de acordo com o disposto no item 7 da alínea “e” do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212/91, com as alterações posteriores.

Reembolso creche ou babá: a Companhia paga às mães, nos primeiros 12 meses de vida o correspondente a R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais). Nos meses seguintes até dois anos, o valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais).

Abono para dependente portador de necessidade especial: os empregados que tiverem dependentes portadores de necessidades especiais, física ou mental receberão um abono mensal a título de indenização por dependente nestas condições, da ordem de R\$ 100,00 (cem reais), quando devidamente reconhecida por atestado expresso de médico especialista na área, assim corroborado por avaliação médica realizada por especialista indicado pela Companhia, quando for necessário.

Associação de funcionários - ADEC: o funcionário tem a opção de participar pagando 0,91% do salário base e a Companhia, quando for o caso, complementa até R\$ 22,00 (vinte e dois reais) o valor da mensalidade.

Compra de produtos Portobello: a Companhia facilita a compra de produtos para seus empregados, familiares e amigos, adotando política específica, com descontos de até 20%. O pagamento pode ser parcelado via folha de pagamento.

Seguro de vida: com apólice de grupo, onde a Companhia subsidia 50% do valor e o funcionário os outros 50%.

Empréstimos consignados: conforme previsto pela legislação.

Mamã Portobello: todas as funcionárias mães, no seu oitavo mês de gestação, a Companhia oferece o benefício de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para compra em mercadorias para seu bebê. Deverão ir até uma loja conveniada e fazer sua compra faturada em nome da Companhia.

Programa de Participação nos Resultados – PPR: a Companhia tem política com base no LAJI, para todos os funcionários. No nível executivo, além do LAJI tem também o indicador capital de giro. Com pagamento anual.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Não se aplica.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Portobello mantém ótimo relacionamento com o sindicato e seus dirigentes. Isto pode ser percebido pelo fato de que o presidente, bem como toda a diretoria do sindicato que representam os funcionários da categoria, é composta por funcionários da empresa. A Companhia nunca registrou greve em seus 31 anos de operação.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Eduardo Ramos Gomes						
454.713.209-72	Brasileiro-SC	Sim	Não			
	8.872.664	5,580000%	0	0,000000%	8.872.664	5,580000%
Paulo Bastos Gomes						
006.666.539-68	Brasileiro-SC	Sim	Não			
	8.426.297	5,299300%	0	0,000000%	8.426.297	5,299300%
Maria Gertrudes da Luz Gomes						
070.943.379-49	Brasileira-SC	Sim	Não			
	8.987.465	5,652200%	0	0,000000%	8.987.465	5,652200%
Eleonora Ramos Gomes						
013.808.518-82	Brasileira-SC	Sim	Sim			
	21.841.160	13,735800%	0	0,000000%	21.841.160	13,735800%
Cesar Gomes Junior						
305.583.019-91	Brasileiro-SC	Sim	Sim			
	24.412.019	15,352600%	0	0,000000%	24.412.019	15,352600%
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações						
	Brasileiro e Americano	Não	Não	28/03/2011		
	42.229.909	26,558200%	0	0,000000%	42.229.909	26,558200%
OUTROS						
	44.239.410	27,821900%	0	0,000000%	44.239.410	27,821900%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	159.008.924	100,000000%	0	0,000000%	159.008.924	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações					
CARNEGIE LLC					
07.264.946/0001-04	AMERICANA-DF	Não	Não	28/03/2011	
7.189.926	17,025700	0	0,000000	7.189.926	17,025700
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
CMB T T R P T CMB CERT AFF CO					
07.743.034/0001-15	AMERICANA	Não	Não	28/03/2011	
2.591.000	6,135500	0	0,000000	2.591.000	6,135500
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
FAMA FUT MAS FUNDO INV AÇÕES					
09.321.541/0001-96	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	28/03/2011	
16.423.259	38,890100	0	0,000000	16.423.259	38,890100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
FEBE VALOR FUNDO INV EM AÇÕES					
09.606.345/0001-68	BRASILEIRA-SP	Não	Não	28/03/2011	
2.297.200	5,439700	0	0,000000	2.297.200	5,439700
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações					
LOCKHEED M CORP MAS RET TRUST					
07.140.979/0001-42	AMERICANA-DF	Não	Não	28/03/2011	
5.070.600	12,007100	0	0,000000	5.070.600	12,007100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
308.632	0,730800	0	0,000000	308.632	0,730800
SAO FERN VI FUNDO INV AÇOES					
10.643.622/0001-91	BRASILEIRA-SP	Não	Não	28/03/2011	
4.516.392	10,694800	0	0,000000	4.516.392	10,694800
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	42.229.909	100,000000	0	0,000000	42.229.909
VANDERBILT UNIVERSITY					
09.648.008/0001-33	AMERICANA-DF	Não	Não	28/03/2011	
3.832.900	9,076300	0	0,000000	3.832.900	9,076300
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.3 - Distribuição de capital

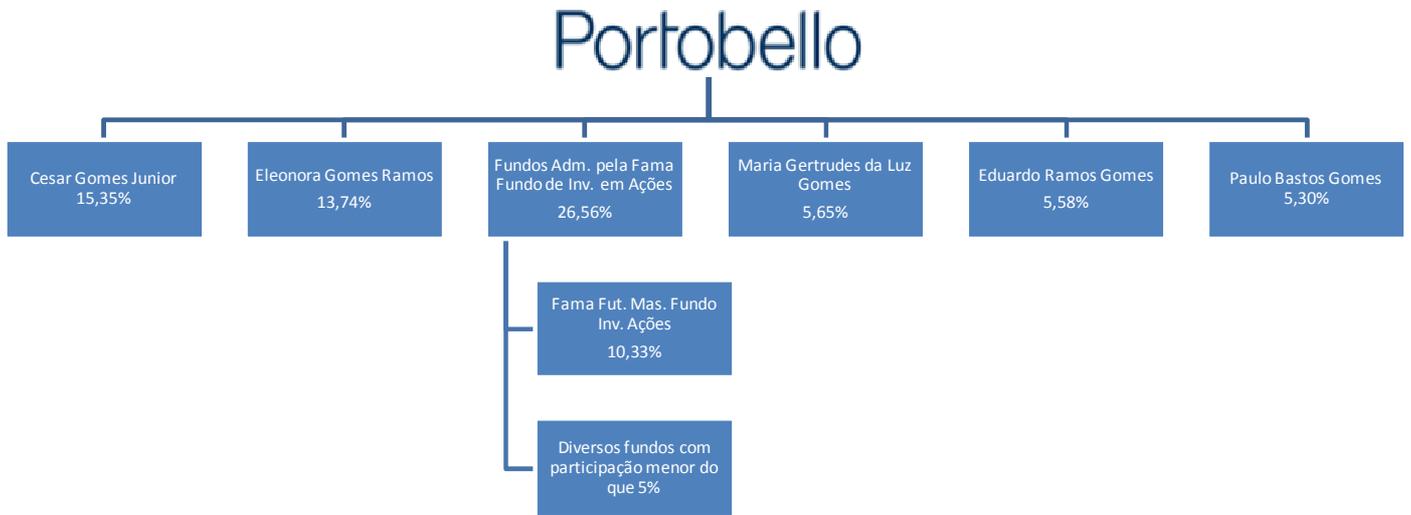
Data da última assembléia / Data da última alteração	28/04/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	777
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	36
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	30

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	112.655.178	70,848300%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	112.655.178	70,848300%

15.4 - Organograma dos acionistas



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

César Gomes Junior;
Eleonora Ramos Gomes;
Maria Gertrudes da Luz Gomes;
Eduardo Ramos Gomes;
Paulo Bastos Gomes;
Heloisa Gomes Rebelo;
Geraldo Nicodemos Vieira;
Valerio Gomes Neto;
Gabriela Richter Gomes;
César Gomes Neto;
Carolina Consonni Gomes;
Marcelo Consonni Gomes;
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda;
Myriam Moellmann Consonni Gomes.

b. data de celebração

15 de abril de 2011.

c. prazo de vigência

30 anos a contar de 15 de abril de 2011.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas signatários do Acordo de Acionistas exercerão o direito de voto nas assembleias gerais da Companhia por meio de 1 (um) representante, ao qual caberá a representação do Bloco Gomes e, por conseguinte, de todos os Acionistas, na Companhia ou perante seus demais acionistas ("Representante do Bloco Gomes"). O Representante do Bloco Gomes terá plenos poderes para deliberar sobre toda e qualquer matéria, ressalvadas as matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, para cuja aprovação o Representante do Bloco Gomes deverá obter a prévia aprovação da Reunião Prévia. O Representante do Bloco Gomes poderá substabelecer a representação do Bloco Gomes nas assembleias gerais da Companhia, por meio de substabelecimento específico conferido a acionista ou administrador da Companhia ou a advogado.

Os Acionistas, em caráter irrevogável e irretratável, delegam e outorgam ao Representante do Bloco Gomes, o exercício do direito de voto das Ações, ficando o Representante do Bloco Gomes investido de amplos e plenos poderes para representar os Acionistas perante a Companhia e seus demais acionistas e para propor, deliberar, votar e impugnar toda e qualquer matéria, ressalvadas as matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, para cuja aprovação o Representante do Bloco Gomes deverá obter a prévia aprovação da Reunião Prévia.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A indicação de administradores será objeto de deliberação em reunião prévia dos acionistas controladores, conforme item 6.1, letra C, do acordo de acionistas.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

As cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las estão estabelecidas nos itens 7.1 e 9 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

“7.1 Proibição de Transferência (Lock-up) de Ações e Direitos de Subscrição. Os Acionistas concordam em sujeitar as suas Ações ao disposto nesta cláusula e, neste ato, se obrigam a não Transferir, seja a que título for, qualquer de suas Ações durante todo o Prazo de Proibição de Transferência, bem como a não Transferir, seja a que título for, seus Direitos de Subscrição durante ou após o Prazo de Proibição de Transferência, ressalvado o que se segue:

(a) A partir da data de assinatura deste Acordo, os Acionistas poderão vender Ações em quantidade igual a até 15% (quinze por cento) de sua Participação Inicial, observado o disposto nas Cláusulas 8, 9, 10 e 13;

(b) a partir do 4º (quarto) ano de vigência deste Acordo os Acionistas poderão vender uma quantidade adicional de Ações igual a até mais 10% (dez por cento) de sua Participação Inicial, observado o disposto nas Cláusulas 8, 9, 10 e 13;

(c) a qualquer tempo, seja antes ou após o término do Prazo de Proibição de Transferência, qualquer Acionista poderá Transferir as suas Ações, no todo ou em parte, a outro Acionista, observado o disposto nas Cláusulas 9, 10 e 13;

(d) a qualquer tempo, seja antes ou após o término do Prazo de Proibição de Transferência, qualquer Acionista poderá Transferir os seus Direitos de Subscrição, no todo ou em parte, a outro Acionista, sem que seja aplicado o direito de preferência previsto na Cláusula 9 e o Direito de Venda Conjunta;

(e) a qualquer tempo, seja antes ou após o término do Prazo de Proibição de Transferência, qualquer Acionista poderá Transferir as suas Ações ou seus Direitos de Subscrição, no todo ou em parte, (i) a uma Afiliada de tal Acionista ou (ii) a um ou mais de seus herdeiros, em ambos os casos sem que seja aplicado o direito de preferência previsto na Cláusula 9 e o Direito de Venda Conjunta, desde que a Afiliada ou o herdeiro, conforme o caso, se torne parte deste Acordo, assumindo todos os direitos e obrigações do Acionista que Transferir suas Ações, conforme o disposto na Cláusula 13.2, e desde que, no caso de Transferência para Afiliada, a Afiliada permaneça uma Afiliada do Acionista em questão;

(f) qualquer Acionista poderá vender as suas Ações no contexto de uma Oferta Pública, aprovada nos termos deste Acordo e que inclua uma oferta secundária de ações, sem que seja aplicado o direito de preferência previsto na Cláusula 9 e o Direito de Venda Conjunta previsto na Cláusula 10, ressalvado que as primeiras Ações de um Acionista a serem vendidas na Oferta Pública deverão ser as suas Ações Livres remanescentes quando da realização de tal Oferta Pública;

(g) após a realização de uma Oferta Pública (e, se for o caso, o transcurso de qualquer prazo de proibição de transferência de Ações imposto em decorrência da Oferta Pública) ou a partir do 6.º (sexto) ano da celebração deste Acordo, o que ocorrer primeiro, qualquer Acionista poderá Transferir qualquer de suas Ações (i) a terceiro, por meio de venda privada, ou (ii) na Bolsa de Valores, mediante desvinculação de suas Ações deste Acordo, em ambos os casos desde que observado o disposto nas Cláusulas 9, 10 (no caso de venda privada) e 13; e

(h) a partir do 4º (quarto) ano da celebração deste Acordo, os Acionistas poderão vender todas as suas Ações em função do exercício do direito de venda conjunta forçada (drag along) previsto na Cláusula 12, desde que observadas as disposições da Cláusula 12.”

“9. TRANSFERÊNCIAS DE AÇÕES; DIREITO DE PREFERÊNCIA

9.1 Transferências de Ações. Até o término do Prazo da Proibição de Transferência, os Acionistas poderão Transferir as suas Ações ou Direitos de Subscrição, no todo ou em parte, somente de acordo com o disposto na Cláusula 7.1 e, conforme aplicável, desde que observado o disposto nas Cláusulas 9 e 10. Após o término do Prazo da Proibição de Transferência, qualquer dos Acionistas poderá Transferir (a) as suas Ações, no todo ou em parte, (i) de acordo com o disposto nas Cláusulas 7.1(c), (e), (f) e (g), 10, 11 e 12; ou (ii) por

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

meio de venda privada ou na Bolsa de Valores, desde que observado o disposto nas Cláusulas 9 e 10; e (b) os seus Direitos de Subscrição, no todo ou em parte, de acordo com o disposto na Cláusula 7.1(d) e (e).

9.2 Venda Privada de Ações; Direito de Preferência. Sem prejuízo de quaisquer restrições aplicáveis a Transferência de Ações nos termos deste Acordo e não sendo mais aplicável qualquer restrição à Transferência prevista nesta Cláusula 9.2, se qualquer dos Acionistas desejar Transferir qualquer de suas Ações, inclusive qualquer de suas Ações Livres (“Acionista Alienante”), tal Acionista Alienante terá o direito de fazê-lo por meio de venda privada, devendo para tanto obter uma proposta firme (“Proposta”) de outro Acionista ou de terceiro (“Proponente”) para lhe adquirir as suas Ações, no todo ou em parte e observar o disposto nesta Cláusula 9.2.

(a) O Acionista Alienante deverá notificar, por escrito (“Aviso de Venda Privada”), os demais Acionistas (“Acionistas Ofertados”), oferecendo-lhes as Ações que pretender vender (“Ações Ofertadas”). O Aviso de Venda Privada deverá (i) anexar uma cópia da Proposta (e, se for o caso, do respectivo contrato de compra e venda de ações), (ii) informar o nome e qualificação e identificar o Proponente, o preço (que deverá ser em dinheiro, sendo desconsiderada, para fins do exercício do direito de preferência aqui previsto, qualquer outra contrapartida que não dinheiro), as condições de pagamento e demais condições da Proposta, e (iii) conter compromisso irrevogável do Proponente de, ao adquirir as Ações Ofertadas, aderir a este Acordo (exceto no caso de venda de Ações Livres, caso em que o adquirente das Ações Livres não se tornará parte deste Acordo, a menos que aprovado pelos Acionistas em Reunião Prévia, conforme o disposto nas Cláusulas 6.1(d) e 13.3).

(b) Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento do Aviso de Venda Privada para exercer direito de preferência para adquirir as Ações Ofertadas, nos mesmos termos e condições da Proposta, na proporção de suas respectivas participações no Bloco Gomes, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.

(c) Os Acionistas Ofertados que desejarem exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 9.2 deverão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.

(d) Se o Proponente for um Acionista, o Proponente será considerado um Acionista Ofertado e terá o direito de adquirir Ações Ofertadas na proporção de seu Percentual de Participação no Bloco Gomes, excluídas as Ações do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência. Para tanto, o Proponente deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na letra (b) acima, enviar notificação ao Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas, manifestando o seu interesse em adquirir as Ações Ofertadas, na proporção de sua participação, no caso de qualquer Acionista Ofertado exercer o seu direito de preferência.

(e) O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 9.2 deverá(o) adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, na proporção de sua(s) respectiva(s) participação(ões), excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência. No caso de as Ações Ofertadas representarem mais do que 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do Bloco Gomes e qualquer Acionista Ofertado exercer o seu Direito de Venda Conjunta, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 10.1(e).

(f) No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na letra (b) acima.

(g) No caso de não ser exercido o direito de preferência, o Acionista Alienante e o Proponente deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na letra (b) acima. Caso a compra e venda não seja consumada nesse prazo, ou caso haja qualquer alteração nas condições da compra

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

e venda constantes da Proposta, o Acionista Alienante, se ainda desejar vender as Ações Ofertadas, deverá reiniciar o procedimento previsto nesta Cláusula 9.2.

9.3 Venda de Ações em Operação Relacionada. *Se mais de um Acionista desejar vender as suas Ações a uma mesma pessoa ou grupo de pessoas agindo sob o mesmo interesse em uma mesma operação ou por meio de uma série de operações relacionadas, tais Acionistas Alienantes envidarão todos os seus esforços para permitir que as operações sejam conduzidas simultaneamente, a fim de facilitar os procedimentos previstos neste Acordo, inclusive, se possível, dando em conjunto o Aviso de Venda Privada.*

9.4 Venda de Ações em Bolsa de Valores; Direito de Preferência. *Sem prejuízo de quaisquer restrições aplicáveis a Transferência de Ações nos termos deste Acordo e não sendo mais aplicável qualquer restrição à Transferência prevista nesta Cláusula 9.4, se um Acionista Alienante desejar vender qualquer de suas Ações, inclusive qualquer de suas Ações Livres, na Bolsa de Valores, tal Acionista Alienante terá o direito de desvincular as Ações em questão deste Acordo para o fim de efetuar tal venda, devendo para tanto observar o disposto nesta Cláusula 9.4.*

(a) *O Acionista Alienante deverá notificar, por escrito (“Aviso de Venda em Bolsa de Valores”), os Acionistas Ofertados, oferecendo-lhes as respectivas Ações Ofertadas. O Aviso de Venda em Bolsa de Valores deverá ser dado com, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para a desvinculação das Ações Ofertadas deste Acordo e sua venda na Bolsa de Valores.*

(b) *Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do Aviso de Venda em Bolsa de Valores para exercer direito de preferência para adquirir as Ações Ofertadas, pelo preço previsto na letra (e) abaixo, na proporção de seus respectivos Percentuais de Participação no Bloco Gomes, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.*

(c) *O Acionista Ofertado que desejar exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 9.4 deverão, no prazo de 10 (dez) dias úteis previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência e, conforme o disposto na letra (d) abaixo, a quantidade de Ações Ofertadas que deseja adquirir. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.*

(d) *O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 9.4 terá o direito de adquirir todas ou parte das Ações Ofertadas, devendo o direito de preferência ser exercido na proporção dos Percentuais de Participação no Bloco Gomes (excluídos os Percentuais de Participação no Bloco Gomes do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência), na hipótese de mais de um Acionista Ofertado exercer o seu direito de preferência.*

(e) *Salvo se diversamente acordado, individualmente, entre o Acionista Alienante e cada um dos Acionistas Ofertados que exercer o seu direito de preferência, o preço por ação das Ações Ofertadas será igual à média da cotação de fechamento da Ação na Bolsa de Valores nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data do envio do Aviso de Venda em Bolsa de Valores.*

(f) *No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do término do prazo de 10 (dez) dias úteis previsto na letra (b) acima.*

(g) *No caso de não ser exercido o direito de preferência, ou no caso de o direito de preferência ser exercido apenas em relação a parte das Ações Ofertadas, o Acionista Alienante poderá implementar a desvinculação das Ações Ofertadas, ou da parcela remanescente, deste Acordo e vendê-las na Bolsa de Valores. Caso o Acionista Alienante não consuma a venda de todas essas Ações Ofertadas na Bolsa de Valores no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de desvinculação deste Acordo, o Acionista Alienante deverá vincular a este Acordo novamente todas as Ações Ofertadas não vendidas (e, no caso de ter deixado de ser parte do presente, conforme a Cláusula 15.2, deverá aderir novamente a este Acordo).”*

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os Representantes exercerão, e os Acionistas e o Bloco Gomes farão com que os Representantes exerçam, seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições deste Acordo e em estrita observância das instruções de voto dadas pelo Representante do Bloco Gomes, de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento deste Acordo e de tais instruções. O presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computará qualquer voto proferido com infração ao presente Acordo.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não se aplica.

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1) Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A Companhia contrata operações com partes relacionadas de acordo com as práticas e valores de mercado.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas Controladas, Coligadas, administradores, acionistas controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades Controladas e Coligadas de seus administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um valor igual ou superior a R\$ 200, ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Refinadora Catarinense S/A	04/01/2002	40.000.000,00	86.763.000,00		O término do contrato opera-se por ocasião da utilização integral do crédito.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente em decisão transitada em julgado, originados de benefício fiscal intitulado " crédito prêmio do IPI"						
Garantia e seguros	Como o processo de cessão ainda não transitou em julgado, a cedente deu garantia para a Companhia no montante atualizado de R\$ 88.470.000,00, a ser executada na eventualidade do crédito fiscal ser glosado em última instância.						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretratável.						
Natureza e razão para a operação							
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	01/09/2008	0,00	175686,77		01/09/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	As condições padrão da circular de oferta da rede franqueada						
Natureza e razão para a operação							
Refinadora Catarinense S/A	01/12/2002	42.440.000,00	0		O término do contrato opera-se por ocasião da utilização integral (compensação tributária) do crédito apurado em liquidação de sentença.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente em decisão transitada em julgado, originados de benefício fiscal intitulado " crédito prêmio do IPI"						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							

Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretratável.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

Os conflitos de interesse são equacionados por meio de interlocução direta com a parte relacionada, ocasião em que a Companhia é intransigente na defesa e salvaguarda de seus legítimos interesses, o eventual insucesso e ensejará discussão judicial.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Refinadora Catarinense S/A – Os contratos de créditos tributários celebrados com a parte relacionada Refinadora Catarinense S/A tinham o condão de permitir a cessão de créditos tributários entre empresas do mesmo grupo econômico vigorava a época.

Solução Cerâmica e Comércio Ltda. – A acionista membro do grupo de controle da Companhia, Eleonora Ramos Gomes, habilitou-se a um processo de seleção de franqueados, de forma isonômica e após concluído o processo, celebrou contrato de franquia.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/11/2007	112.957.487,00		159.008.924	0	159.008.924
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/11/2007	112.957.487,00		159.008.924	0	159.008.924
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/11/2007	112.957.487,00		159.008.924	0	159.008.924
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/11/2007	0,00		1.159.008.924	0	1.159.008.924

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/05/2007	Conselho de Administração	25/05/2007	12.240.000,00	Subscrição particular	0	9.000.000	9.000.000	12,15000000	1,36	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	9.000.000

Critério para determinação do preço de emissão Perspectivas de rentabilidade de acordo com o estudo técnico realizado para aumento de capital da Companhia na época.

Forma de integralização Dinheiro.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houver reduções de capital social da Companhia nos últimos três exercícios

17.5 - Outras informações relevantes**Conversão das Ações Preferenciais em Ordinárias**

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27/11/07, foi aprovada a conversão das ações preferenciais em ordinárias com vistas à adesão ao segmento de listagem da Bolsa de Valores de São Paulo denominado Novo Mercado. A transformação foi feita na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial. Não houve alteração no valor total do Capital Social da Companhia. A operação foi efetivada em 10/01/2008.

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
Quantidade de ações antes da deliberação	99.224.676	59.784.248
Quantidade de ações após a deliberação	159.008.924	-

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício obtido após as deduções previstas no Estatuto Social e ajustado na forma do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações ordinárias direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Companhia, os acionistas controladores, os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e empregados com acesso a informações relevantes, assim como os respectivos cônjuges não poderão negociar ações da Companhia em período de tempo inferior a 15 dias antes da entrega à CVM dos Formulários ITR, DFP e dos Formulários de Referência e nos seguintes períodos:(i) No período compreendido entre a data de qualquer decisão do Conselho de Administração e a data da publicação dos respectivos editais (ii) Em outras épocas que venham a ser especificamente determinadas pela Diretoria, através do Diretor de Relação com Investidores.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos preteritamente assegurados devem ter amparo legal e institucional.
Outras características relevantes	Caberá ao Diretor de Relação com Investidores, além das atribuições legais e estatutárias inerentes ao cargo, zelar pelo fiel cumprimento destas Políticas, consultando, sempre que julgar necessário, o Presidente da Companhia e deverá obter a adesão formal das pessoas mencionadas acima, supra, mediante a assinatura dos mesmos no Termo de Adesão, os quais, em conjunto com as presentes Políticas deverão ser encaminhados à CVM e as Bolsas de Valores, conforme previsto no Art. 17 da Instrução CVM nº 358 de 03/01/2002.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A regra estatutária que limita o direito de voto de acionistas significativos pode ser observada no parágrafo 4º do artigo 43 do estatuto social, sempre por meio de deliberação de assembléia de acionistas, ocasião em que este acionista não vota. De outra parte existem exposições estatutárias que obrigam a realização de oferta pública, que podem ser observadas no artigo 40 e seguintes do estatuto social da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não se aplica.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.443.427	1,01	0,87	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.790.195	1,20	0,93	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.149.390	1,33	1,10	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.199.887	1,50	1,27	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.749.091	2,45	1,67	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.636.594	1,95	1,49	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.672.805	1,73	1,46	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.067.842	1,17	0,87	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2007

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2007	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.802.508	2,49	2,05	R\$ por Unidade
30/06/2007	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.241.049	2,82	2,47	R\$ por Unidade
30/09/2007	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.190.613	4,32	3,34	R\$ por Unidade
31/12/2007	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.092.840	4,46	3,22	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob o código “PTBL3”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

As ações da Companhia não são negociadas em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não se aplica.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não se aplica.

18.10 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui planos de recompra

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui movimentação de valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria

19.4 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui planos de recompra nem valores mobiliários em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	12/04/2010
Cargo e/ou função	Diretores Conselho de Administração Conselho Fiscal

Principais características

Os diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, inclusive pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia, ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, preenchendo o Formulário: Valores Mobiliários Possuídos, de Emissão da Companhia, da sua Controladora e de Controladas, que se encontra em poder do Diretor de Relação com Investidores (DRI). Esse Formulário deverá ser atualizado até o 5º dia do mês subsequente em que ocorrerem alterações, e deverá ser entregue ao DRI. O preenchimento desse Formulário se estende aos valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente. A posse dos integrantes dos Conselhos de Administração e da Diretoria também fica subordinada à apresentação desse documento.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado de manter uma via do referido Formulário em pastas segregadas e de encaminhar cópia do mesmo à CVM e à Bolsa de Valores, mediante documento protocolado, podendo ser por meio eletrônico.

É exigido que as pessoas mencionadas acima mantenham em seu poder, por um período de tempo superior a 90 dias da data de compra, os valores mobiliários adquiridos que sejam de emissão da Companhia, da controladora e de suas controladas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização A própria Companhia, os acionistas controladores, os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e empregados com acesso a informações relevantes, tanto da Companhia como da controladora e das controladas, assim como os respectivos cônjuges, salvo no caso de separação judicial, companheiras(os) e qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda, inclusive nas pessoas jurídicas em que essas pessoas possam influenciar nas decisões de negociação de forma direta ou indireta, não poderão negociar (comprar ou vender) ações da Companhia em período de tempo inferior a 15 (quinze) dias antes da entrega à CVM dos Formulários ITR – Informações Trimestrais, DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos Formulários de Referência estabelecidos pela Instrução CVM no. 480/2009, e nos seguintes períodos:

(i) No período compreendido entre a data de qualquer decisão do Conselho de Administração e a data da publicação dos respectivos editais ou anúncios, referentes a:

- Qualquer forma de aumento de capital social, inclusive com desdobramento de ações;
- Distribuição de dividendos, bonificações e desdobramentos.

(ii) Em outras épocas que venham a ser especificamente determinadas pela Diretoria, através do Diretor de Relação com Investidores.

Do momento em que tomou conhecimento e antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante. A mesma vedação aplica-se aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia.

É vedado às pessoas mencionadas acima, realizar com valores mobiliários de emissão da Companhia, da controladora e das controladas, operações nas modalidades a termo, futuro e compra e venda em margem.

A Companhia e as pessoas mencionadas acima, deverão zelar para que seus contatos comerciais e aqueles com quem mantenham relação societária, comercial, profissional ou de confiança não negociem valores Mobiliários da Companhia quando tiverem acesso a informações privilegiadas.

20.2 - Outras informações relevantes

Caberá ao Diretor de Relação com Investidores, além das atribuições legais e estatutárias inerentes ao cargo, zelar pelo fiel cumprimento destas Políticas, consultando, sempre que julgar necessário, o Presidente da Companhia e deverá obter a adesão formal das pessoas mencionadas acima, supra, mediante a assinatura dos mesmos no Termo de Adesão, os quais, em conjunto com as presentes Políticas deverão ser encaminhados à CVM e as Bolsas de Valores, conforme previsto no Art. 17 da Instrução CVM nº 358 de 03/01/2002.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Políticas de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes visa entre outras coisas à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os acionistas controladores, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e demais empregados da Companhia, assim como da empresa controladora e das controladas, ficam obrigados a guardar sigilo sobre informações relativas a atos ou fatos relevantes, ainda não divulgados.

O não cumprimento dessa Política configura infração grave sujeitando os infratores às sanções legais pertinentes.

Estas Políticas também aplicam-se às pessoas mencionadas acima pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia.

As pessoas acima mencionadas deverão zelar para que terceiros, ou seja, o público externo em geral, tais como, auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, ao prestarem serviços à Companhia, que envolvam informações que irão ou que poderão resultar em atos ou fatos relevantes, dêem às mesmas tratamento sigiloso devendo, para tanto, serem adotados os seguintes procedimentos:

- a) Informá-los da existência das Políticas relativas ao tratamento de atos ou fatos relevantes;
- b) Incluir nos contratos com terceiros, cláusula relativa à obrigatoriedade da guarda de sigilo;
- c) Quando da inexistência desse tipo de cláusula, exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade;
- d) Informar, mediante correspondência interna ao Diretor de Relação com Investidores, a natureza dos serviços que estão sendo prestados à Companhia e as informações de natureza relevante que estão ou que poderão ser geradas, assim como a relação das pessoas envolvidas na atividade, com indicação do nome, cargo, função, endereço, telefone e número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou de Pessoas Jurídicas;
- e) Manter a listagem acima mencionada permanentemente atualizada e remetê-la ao Diretor de Relação com Investidores, o qual ficará responsável pela sua guarda por um período de 5 anos.

As pessoas mencionadas acima deverão comunicar de imediato, através de correspondência ao Diretor de Relação com Investidores, todo e qualquer fato relevante de que tenham conhecimento, informando o evento que deu origem à informação relevante, a data da sua realização, as matérias abordadas e a listagem das pessoas que dele tomaram conhecimento. Essa comunicação torna-se desnecessária quando o Diretor de Relação com Investidores participar do evento, cabendo, então, ao mesmo, coletar essas informações.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado da guarda de informações e documentos sobre fatos relevantes por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data da primeira reunião que deu origem ao fato, em local com os requisitos necessários à sua segurança. As informações deverão sempre conter a data e os eventos que ocorreram em cada uma das etapas do seu desenvolvimento, assim como a relação das pessoas, internas e externas à Companhia, que foram agregando conhecimento da informação ao longo das atividades desenvolvidas.

O Diretor de Relação com Investidores deve comunicar de imediato à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores e determinar a divulgação via imprensa, de todo e qualquer fato relevante de que tenha conhecimento, excetuando-se aqueles que, por determinação do Conselho de Administração, devam ser por ele encaminhado somente à CVM, acompanhado de requerimento solicitando sigilo.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Cabe ao Diretor de Relação com Investidores, observadas as disposições da Política de Divulgação de Informações e da legislação aplicável, decidir pela divulgação ao mercado e pela comunicação dessas situações aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam informação relevante sobre a Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não se aplica.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não se aplica.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica.

22.4 - Outras informações relevantes

Não se aplica.